



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

AMANDA MARIA DOS SANTOS SILVA

**Turismo e Qualificação Profissional: As Experiências
Vivenciadas entre os Integrantes da Associação de
Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande – Piauí/Brasil.**

**FORTALEZA
2014**

AMANDA MARIA DOS SANTOS SILVA

Turismo e Qualificação Profissional: As Experiências Vivenciadas entre os Integrantes da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande – Piauí/Brasil.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Filosofia e Sociologia da Educação.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Elenilce Gomes de Oliveira

FORTALEZA
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- S578t Silva, Amanda Maria dos Santos.
Turismo e qualificação profissional : as experiências vivenciadas entre os integrantes da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande – Piauí/Brasil / Amanda Maria dos Santos Silva. – 2014.
110 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2014.
Área de Concentração: Educação profissional.
Orientação: Profa. Dra. Elenilce Gomes de Oliveira.
- 1.Ecoturismo – Ilha Grande(PI). 2.Guias de turismo – Treinamento – Ilha Grande(PI). 3.Ensino profissional – Ilha Grande(PI). I. Título.

CDD 338.47918122

AMANDA MARIA DOS SANTOS SILVA

Turismo e Qualificação Profissional: As Experiências Vivenciadas entre os Integrantes da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande – Piauí/Brasil.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Filosofia e Sociologia da Educação.

Aprovada em: 26/09/2014

Prof^a. Dr^a. Elenilce Gomes de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr^a Fátima Maria Nobre Lopes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^o Dr^o Roberto Kennedy Gomes Franco (Examinador Externo)
Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Aos trabalhadores que atuam no Delta do Parnaíba que cotidianamente vivenciam a exploração de seu trabalho e de seu habitat pela indústria do Turismo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter colocado em meu caminho durante esses dois anos pessoas fundamentais que levarei por toda vida.

Aos meus pais Marlene Santos e Armando Silva por acreditarem que essa aventura daria certo me deixando segura para trilhar novos caminhos. Obrigada!

Aos meus irmãos Alexandre e Ana Tereza que mesmo de longe torciam para que tudo desse certo e a meu tio Geovane que sempre que possível se fazia presente.

A Universidade Federal do Ceará, que se transformou em minha segunda casa.

Ao CNPQ, pelo apoio financeiro.

A professora Elenilce Gomes, por ter acreditado na realização da pesquisa e por ter conduzido de forma tranquila e serena todo o processo de orientação estando sempre aberta ao diálogo.

A professora Fátima Nobre, pelas orientações dadas na qualificação do projeto e por sua solicitude em aceitar o convite para compor a banca da defesa.

Ao professor e amigo Roberto Kennedy, pelo incentivo, acolhida, orientações e discussões. Não consigo conceber esse momento sem sua colaboração. Obrigada!

Aos professores do Programa, que contribuíram para a realização deste trabalho e para meu amadurecimento teórico em diversas questões.

Aos associados da ILHAECOTUR, pela disponibilidade e paciência em contribuir com a presente pesquisa.

A Ana Lobato, com quem dividi inúmeros momentos dentro e fora dos muros da UFC. Estar em Fortaleza foi menos saudosos por conta de sua presença e amizade. Muito brigada!

Aos amigos do Mestrado que me acolheram da melhor forma possível, em especial a Nayara Nobre, Grayce Silva, Flávio Muniz, Marília Maia, Adriana Alves e Alles Aquino. Espero que nos reencontremos em breve.

A Flora Serejo, minha quase irmã, que mesmo com a distância incentivava e aconselhava sempre que conversávamos. Obrigada!

Enfim, todas essas pessoas juntas contribuíram das mais diversas maneiras para que esse momento fosse possível, estar aqui, diante do computador escrevendo em pequenas frases, o quanto todos foram importantes para a concretização de mais um essa etapa da minha vida.

Obrigada a todos!

Desconfiai do mais trivial, na aparência
singelo. E examinai, sobretudo, o que
parece habitual. Suplicamos
expressamente:

não aceiteis o que é de hábito como coisa
natural, pois em tempo de desordem
sangrenta, de confusão organizada, de
arbitrariedade consciente, de humanidade
desumanizada, nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar.

Bertold Brecht
Nada é impossível

RESUMO

A presente pesquisa teve como propósito investigar as experiências dos cursos de qualificação profissional na atividade laboral dos integrantes da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande – ILHAECOTUR – Piauí, Brasil, que vendem sua força de trabalho para suprir as suas necessidades na região do Delta do Parnaíba em sua extensão piauiense. Para tanto, me apropriei da perspectiva do materialismo histórico dialético. O fio condutor de nossa análise se processa metodologicamente no entrelaçamento de fontes escritas e orais. Para isso tomei uma abordagem qualitativa composta com pesquisas bibliográficas e de campo onde identifiquei e inseri meus sujeitos de pesquisa através da História Oral. Buscando atender aos objetivos da pesquisa, fiz um levantamento dos cursos de qualificação profissional realizados pelos associados apontando em minhas reflexões as contradições presentes nesse movimento. Percebi que apesar de diversos, os cursos ofertados pelo SEBRAE e pela UFPI eram superficiais e ofereciam um conhecimento fragmentado aos que se motivavam a cursá-los. Apesar dessa superficialidade, esse foi um marco para a organização dos trabalhadores do setor que apontam a participação nos mesmos como o motivador para a criação da primeira cooperativa voltada aos condutores de turismo do local, a Cooperativa de Condutores e Guias de Turismo de Ilha Grande – COOPERCIG que teve um curto período de duração e foi posteriormente desarticulada e reestruturada, agora como ILHAECOTUR. Percebi que a oferta dos cursos por ser recebida de forma passiva e articulada a revelia dos interesses dos mesmos colabora com o processo de estranhamento e reificação dos trabalhadores em relação a sua atividade, além disso, se tornou um entrave para uma maior articulação entre os trabalhadores que atuam no setor, pois existe uma disputa entre trabalhadores “qualificados” e “não qualificados” o que colabora apenas com uma maior exploração de ambos pelas instancias capitalistas que fazem do turismo no Delta do Parnaíba seu principal produto. Conclui-se, portanto que os reflexos da realização dos cursos de qualificação entre os membros da ILHAECOTUR são em maioria negativos, pois proporcionam aos trabalhadores um conhecimento mínimo e fragmentado tendo por base a complexidade que envolve o turismo gerando uma formação voltada a suprir as necessidades capitalistas dificultando a tomada de consciência desses trabalhadores para sua importância no desenvolvimento da atividade turística na região que habitam.

Palavras-chave: Turismo. Trabalho. Qualificação Profissional. ILHAECOTUR.

ABSTRACT

The current research has the purpose of investigating the effects of professional qualification courses on the labor activities of the members of *Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande* (Association of Ecotourism Guides of Ilha Grande) – ILHAECOTUR – Piauí, Brazil, who sell their labor power to meet the needs of tourism market in the region of Parnaíba Delta, on its extension in Piauí state. To this end, we have taken the perspective of dialectical, historical materialism. The thread of our analysis is processed methodologically in the intertwining of written and oral sources. For this, we took a qualitative approach compounded of bibliographic and field researches, where we identified and inserted our research subjects through the Oral History. Seeking to meet the goals of this research, we collected data about the professional qualification courses attended by the members, pointing out, in our reflections, the contradictions present in this movement. We realized that, although many, the courses offered by SEBRAE and UFPI were superficial and offered a fragmented knowledge to those who were motivated to attend such courses. Despite this superficiality, this was a milestone for the organization of the workers in the sector, who point their participation as the motivator for the creation of the first local cooperative of tourism guides, the *Cooperativa de Condutores e Guias de Turismo de Ilha Grande* (Cooperative of Ecotourism Guides of Ilha Grande) – COOPERCIG - that had a short duration and was later disarticulated and restructured, now as ILHAECOTUR. We realized that the offering of courses, for been received passively by and articulated in absentia of the participants, helps the process of alienation and reification of workers in relation to their activity, furthermore, it has become an obstacle to greater coordination among workers acting in this sector, because there is a dispute between workers "skilled" and "unskilled", which contributes only to further exploration of both by capitalist instances which make the tourism in Parnaíba Delta their main product. Therefore, it is concluded that the effects of realization of qualification courses among members of ILHAECOTUR are mostly negative, for they provide to workers a minimum and fragmented knowledge, based on the complexity that involves tourism, generating a training focused on meeting the capitalist needs, making difficult the awareness of these workers to their importance in the development of tourism in the region they inhabit.

Key words: Tourism. Work. Professional Qualification. ILHAECOTUR.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização da cidade de Ilha Grande do Piauí	21
Gráfico 1: Evolução da atividade turística no mundo	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Modelo do “Irridex”	35
-------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COOPERCIG- Cooperativa de Condutores e Guias de Turismo de Ilha Grande

EMBRATUR- Instituto Brasileiro de Turismo

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

ILHECOTUR- Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande

MTUR- Ministério do Turismo

OMT- Organização Mundial do Turismo

PNT- Plano Nacional de Turismo

PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UESPI- Universidade Estadual do Piauí

UFPI- Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A INVENÇÃO DO TURISMO: ENTRE A HOSPITALIDADE E A MERCANTILIZAÇÃO	24
2.1	Apontamentos para a Compreensão do Turismo.....	25
2.2	Limites e Possibilidades da Atividade Turística na Região do Delta do Parnaíba sob a Ótica dos Associados da ILHAECOTUR.	34
3	O TRABALHO E SUAS DIMENSÕES FUNDANTES	40
3.1	O Trabalho e seu Carácter Ontológico.....	41
3.2	Para Compreender o Processo de Trabalho na ILHAECOTUR: Trabalho Produtivo, Improdutivo e Cooperado.....	48
3.3	Estranhamento e Reificação no Processo de Trabalho na ILHAECOTUR	52
4	A RELAÇÃO TURISMO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE CONDUTORES DE ECOTURISMO DE ILHA GRANDE DO PIAUÍ	58
4.1	A Educação e seu Carácter Dualista	59
4.2	Percurso Histórico da Educação Profissional no Brasil.....	64
4.3	A Relação da ILHAECOTUR com as Propostas de Qualificação Profissional	76
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	86
	APÊNDICES	
	APENDICE A: Roteiro de entrevista aplicada aos condutores de ecoturismo da ILHAECOTUR	90
	APENDICE B: Sumário de realização de entrevistas	94
	APENDICE C: Cessão de direitos sobre o depoimento oral a pesquisadora	95
	ANEXOS	
	ANEXO A: Estatuto da ILHAECOTUR	96
	ANEXO B: Demonstrativo da APA do Delta do Parnaíba.....	102
	ANEXO C: Vista aérea do Porto dos Tatus.....	103
	ANEXO D: Demonstrativo de um dos roteiros desenvolvidos pelos associados da ILHAECOTUR.	104
	ANEXO E: Demonstrativo de acompanhamento de passeio	105
	ANEXO F: Fluxograma do curso de Bacharelado em turismo.....	105
	ANEXO G: Certificados dos cursos realizados pelos trabalhadores	107

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca debater sobre a oferta de cursos de qualificação profissional e sua influência nas práticas laborais presentes entre os trabalhadores da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande – ILHAECOTUR¹ – no estado do Piauí que atuam no Polo Costa do Delta². O estudo integra as pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, na área de concentração de Filosofia e Sociologia da Educação, na linha de pesquisa cujo foco é destinado a estudos referentes à Economia Política, Sociabilidades e Educação.

Conforme propõe o título do trabalho, a intenção é apresentar de que forma os trabalhadores do Turismo na região do Delta do Parnaíba em especial os da ILHAECOTUR materializam em suas atividades laborais as propostas apresentadas nos cursos de qualificação profissional. Dentro desta perspectiva, o presente estudo busca elucidar a seguinte questão: ***De que forma os cursos de qualificação profissional influenciam no contexto de trabalho dos integrantes da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande?***

O cenário que possibilita a presente investigação é o crescente desenvolvimento da atividade turística e a sua caracterização como um segmento destaque em todo mundo, em especial, nas comunidades que apresentam recursos ambientais para atender as necessidades cada vez mais específicas dos turistas que buscam de forma sistemática a atividade na região em questão. Percebo com essa situação a conexão entre o movimento global de exploração do Turismo com a rotina vivenciada pela comunidade Tatus, localizada na Ilha Grande do Piauí, lócus da presente investigação.

Quanto à escolha da temática, tem uma relação com minha formação em nível de graduação. Enquanto Bacharel em Turismo e Licenciada em História percebi em minhas investigações para a elaboração dos respectivos trabalhos de

¹A partir desse momento, ao nos referirmos a Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande utilizaremos a sigla ILHAECOTUR.

² Com fins organizacionais, o Ministério do Turismo divide o país em Polos Turísticos. O Estado do Piauí está dividido em sete polos, a saber: Polo Costa do Delta, Polo das Águas, Polo Aventura e Mistério, Polo Histórico Cultural, Polo das Origens e Polo Teresina. (SETUR, 2010). O Polo Costa do Delta abrange as cidades de Parnaíba, Luís Correia, Cajueiro da Praia, Buriti dos Lopes e Ilha Grande do Piauí, nosso local de estudo, onde se encontra a comunidade Tatus.

conclusão de curso situações que suscitaram a necessidade de investigar de maneira mais aprofundada os trabalhadores do Polo Costa do Delta: sua articulação e vivências com o processo de exploração do local enquanto produto turístico. A partir dessas inquietações preliminares, algumas questões se tornaram fundamentais em minha busca para aprofundar a pesquisa que se encontra em uma região de fronteira entre a Educação, a História e o Turismo o que configura um esforço interdisciplinar para a compreensão do problema em questão.

Mediante o exposto, o **objetivo geral** foi investigar os reflexos das experiências formativas vivenciadas pelos integrantes da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande na sua atividade laboral.

O estudo foi ancorado em três **objetivos específicos**:

a) Compreender a relação dos integrantes da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande com a atividade turística no processo de produção do produto turístico-Delta do Parnaíba;

b) Identificar que processos formativos são vivenciados em meio ao desenvolvimento da atividade turística entre os integrantes da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande e quais os reflexos dessa formação.

c) Refletir sobre a construção de sentidos/significados sócio-políticos entre os integrantes da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande em sua atividade laboral e formativa.

Assim, percorri um caminho buscando expor o histórico da oferta dos cursos de qualificação profissional e de suas implicações entre os trabalhadores do Polo Costa do Delta, além de endossar os debates referentes à qualificação profissional, principalmente em um âmbito local. Portanto, acredito que esta pesquisa poderá servir de subsídio para os sujeitos e para os pesquisadores (da educação e do turismo) que procuram compreender a relação trabalho e educação.

Nesta experiência, articulo o específico e o geral, ou seja, as particularidades do objeto de pesquisa para a compreensão de um todo mais complexo, que são as relações estabelecidas no seio da sociabilidade capitalista no sentido da formação profissional, com foco especial no segmento turístico no que tange a realidade brasileira.

Para nortear minha investigação, assumi como opção metodológica, a perspectiva dialética proposta por Marx. É importante frisar que não se pode destacar de sua bibliografia um estudo voltado exclusivamente para a elaboração de

uma “teoria marxiana”; como um manual pronto à espera de ser executado: com seus fundamentos, métodos, ferramentas, campos e aplicações. O que pode ser encontrado no conjunto de sua obra são passagens que apontam para o processo metodológico percorrido em suas pesquisas.

Como apontamento inicial para possibilitar o entendimento sobre o meu percurso metodológico devo destacar que ele parte do movimento real da ação humana, como Marx (1989, p.16) indica “a investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas”. Em termos práticos, todo e qualquer objeto de estudo é real e efetivamente aparece como objeto humano, social e histórico. Portanto, o processo de conhecimento do objeto não ocorre de modo direto, imediato ou espontâneo, mas articulados num todo, que só existe como produto de uma atividade específica e teórica.

Partindo desse ponto, indico que a pesquisa tem como base a empiria. Contudo, devo ressaltar que ela tem como ponto de partida o real, mas esse real não é analisado de forma fragmentada, ele é percebido com suas mediações sendo problematizado no devir da investigação. Essa apreensão no objeto como um todo (com suas mediações) é um dos princípios fundamentais do método dialético, como afirma Lukács (1979, p.240), interprete da ontologia marxiana:

A categoria de totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas.

Marx e Engels (2001, p.87), por sua vez, salientam que esse processo deve se apropriar do real e não partir de abstrações para só então (re)construir seu pensamento sem deixar a margem as mediações externas ao objeto analisado “[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos [...], do processo de vida real”. A partir dessas considerações preliminares, afirmo a importância de compreender o método dialético escolhido para nortear a pesquisa que se desdobra em dois momentos: a investigação (a condução da pesquisa) e a exposição (a apresentação crítica dos dados).

Para que haja, contudo, essa “reprodução do movimento do real” as análises devem ser feitas de forma cuidadosa e minuciosa, captando a maior quantidade de mediações do objeto que está como foco da pesquisa. Torna-se necessário ainda se livrar de preconceitos ou de vivências externas ao objeto, para que o exercício de investigação/exposição se torne viável. Assim, esta abordagem metodológica se entrelaça com minha proposta investigativa na perspectiva de uma análise que relaciona as partes com o todo, pois, como aponta Kosik (1976, p.44)

Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo.

Essa análise se torna possível porque o método dialético (ANDRADE, 2010, p.121) “é contrário a todo conhecimento rígido: tudo é visto em constante mudança, pois sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma”. Compreendo ser este o melhor caminho para analisar os processos formativos e sua influência na atividade laboral vivenciada pelos associados da ILHAECOTUR.

Desta forma, para concretizar a intenção em apresentar essas experiências formativas e suas influências, a partir de seus protagonistas, a pesquisa foi articulada com uma abordagem qualitativa a partir das contribuições conceituais de Bogdan (1994, p.16)

Utilizamos a expressão investigação qualitativa como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados como qualitativos o que significa, ricos em pormenores descritos na pesquisa descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas.

Ainda como uma das bases para possibilitar a análise, realizei pesquisas bibliográficas, caracterizadas por Severino (2007, p.122) como,

[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente das pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. [...], o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Além de fontes bibliográficas, com a necessidade de compreender de que forma esse movimento de qualificação se apresenta na prática, realizei pesquisas de campo que (MINAYO, 2006, p. 62) “na pesquisa qualitativa é o recorte que diz respeito à abrangência, em termos empíricos do recorte teórico como correspondente ao objeto da investigação”. Deve ser destacado, contudo que

[...] a pesquisa de campo propriamente dita não deve ser confundida com a simples coleta de dados, pois, exige controles e objetivos preestabelecidos que discriminam suficientemente o que deve ser coletado. (SEVERINO, 2007, p. 229).

Para compreender o cotidiano desses trabalhadores percorri os caminhos da História Oral, suas definições, técnicas e ferramentas. É importante ressaltar que não se trata (ALBERTI, 2005) simplesmente de sair com um gravador em punho, algumas perguntas na cabeça, e entrevistar aqueles que cruzam nosso caminho. Minha compreensão é a de mesma de Portelli (2010, p.3), pois

[...] buscamos fontes orais porque queremos que vozes, – que, sim, existem, porém ninguém as escuta, ou poucos as escutam – tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente.

Paul Thompson (1992, p.17) mostra ainda que “[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas.” Diante dessas considerações, compreendo que a História Oral

[...] privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1990, p. 52).

Portelli (1998) afirma ainda que as fontes orais nos dão a possibilidade de revelar as intenções das crenças, das mentalidades, dos feitos, do imaginário e situações relacionadas às experiências vividas. A fonte oral possui informações que não são apresentadas em documentos escritos tomados por vezes como exclusivos

em pesquisas. Dessa forma, seu uso se torna fundamental para conhecer as expectativas dos entrevistados que transforma os “objetos” de estudo em “sujeitos” (THOMPSON, 1992). Dessa forma, utilizei as entrevistas (MINAYO, 2006, p.64)

[...] tomadas no sentido amplo de comunicação verbal e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico
[...] ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para a pesquisa.

Seguindo as indicações de Meihy (2010) após definir a problemática e os objetivos para a pesquisa estabeleci um grupo de pessoas a serem entrevistadas: os associados da ILHAECOTUR, com o objetivo de perceber de forma mais pormenorizada como os cursos de qualificação são atrelados as vivências desses trabalhadores no mercado turístico em que estão inseridos na comercialização do Delta do Parnaíba.

Durante a pesquisa, busquei a aproximação do meu objeto em três etapas. Inicialmente realizei uma incursão a produção acadêmica relacionada às categorias trabalho e educação, com o propósito de fazer as mediações em torno do meu objeto de pesquisa. Paralelamente efetivei minhas incursões a campo com a finalidade de estabelecer contato com os sujeitos, a fim de perceber *in loco* como os cursos de qualificação nas atividades laborais desenvolvidas no setor do turismo.

O Estado do Piauí e a cidade de Ilha Grande do Piauí, nosso lócus de investigação, se encaixam nessa lógica de capitalista da atividade turística. Dessa forma, é necessário apresentar um relato das condições materiais, históricas e sociais da região, para possibilitar ao leitor uma compreensão de como ambos estão organizados e de que forma isso reflete na exploração do turismo e na qualificação dos trabalhadores do setor.

A população do Estado do Piauí, no ano de 2010, segundo dados disponibilizados pelo IBGE, é de 3.118.360 habitantes. O PIB do estado é de R\$24.607 bilhões, o menor do Nordeste com níveis semelhantes a países do continente africano. Para o Brasil, no mesmo ano, o PIB foi de 3,143 trilhões onde a maior porcentagem é referente ao setor de serviços. Esse fato só fundamenta a tese do turismo enquanto grande gerador de divisas, pois está contido no terceiro setor que apresenta grande destaque nas estatísticas.

Com área de 251.577,738 km² e 224 municípios deste território, localizado na região Nordeste do Brasil, fazendo fronteiras com os seguintes estados: ao Sul: Tocantins e Bahia, a Leste com o Ceará, a Oeste com o Maranhão e ao Norte com o Oceano Atlântico. No mapa abaixo, é possível perceber sua localização no Brasil. A cidade de Ilha Grande do Piauí, está localizada no extremo Norte do Piauí, a uma distancia de 347 km da capital, Teresina. No mapa abaixo pode ser observada a localização da cidade de Ilha Grande do Piauí.

Figura 1: Localização da cidade de Ilha Grande do Piauí



Fonte: Diagnóstico da cidade de Ilha Grande do Piauí, 2004.

Este município compreende uma área de 121,96 Km², tendo como limites ao norte o oceano Atlântico, ao sul o município de Parnaíba, a leste Parnaíba e o oceano Atlântico, e a oeste o estado do Maranhão. A população total, segundo o Censo 2010 do IBGE, era de 9.014 habitantes. A emancipação da cidade foi decretada pela Lei nº 4.680 de 26/01/1994. Inseridos nesse espaço, temos cinco bairros: Centro, Cal, Baixão, Labino e Tatus acesso mais frequente aos turistas que buscam o Delta do Parnaíba, tendo como ponto de partida o estado do Piauí.

Ao observar as atividades econômicas da região percebi que predominam atividades voltadas ao primeiro setor, como a agricultura, a piscicultura, ao extrativismo, e ao terceiro setor. A partir da década de 1980 e, mais intensamente, na década 1990, traduzindo a tendência pela procura de ambientes naturais, o Delta

do Parnaíba³ passou a ser explorado por algumas agências de turismo na região. Os passeios ao Delta do Parnaíba passaram a ser comercializados, sendo realizados normalmente em grandes embarcações, com ponto de partida no Porto dos Tatus⁴, no município de Ilha Grande do Piauí. Fiz nesse espaço seis visitas, onde realizei três entrevistas, onde elenquei como sujeitos de nossa pesquisa os associados ainda ativos⁵ da ILHAECOTUR, sendo eles:

Francisco José da Silva Oliveira (Tito)⁶, 31 anos, casado, nativo e residente em Ilha Grande do Piauí, presidente da ILHAECOTUR. Possui o ensino médio completo. Atualmente exerce a função de condutor de turismo de forma autônoma, vendendo sua força de trabalho a diversas agências de turismo que atuam na localidade.

Adilson Silva de Castro, 25 anos, casado, nativo e residente em Ilha Grande do Piauí. Ex catador de caranguejo. Bacharel em Turismo formado pela Universidade Federal do Piauí em 2013. Atualmente é proprietário/administrador da agência de turismo “Ilha Turismo” localizada na cidade e funcionário público lotado na secretaria de saúde do mesmo município.

Francisco da Costa Santos, 57 anos, casado, nativo e residente em Ilha Grande do Piauí. Possui ensino fundamental incompleto. Atualmente exerce a função de condutor de ecoturismo, vendendo sua força de trabalho a uma agência de turismo localizada na cidade de Parnaíba. Como a atividade com o turismo é sazonal também atua como pescador na localidade.

Márcio José da Silva Oliveira disponibilizou alguns certificados dos cursos de qualificação profissional realizados por ele para auxiliar em minha investigação.

Com objetivo, percurso metodológico e de posse dos achados empíricos, o passo seguinte foi articulá-los com minhas investigações teóricas, de forma que fosse possível ao leitor visualizar as principais categorias abordadas no decorrer de nossa explanação. Para que isso se tornasse possível, organizei minhas considerações ao logo dos três capítulos que constituem esta dissertação.

³ Pode ser encontrado nos anexos um mapa com a delimitação da APA do Delta do Rio Parnaíba

⁴ Pode ser encontrada em anexo uma imagem do Porto dos Tatus.

⁵ Segundo Adilson (2014) atualmente são cinco os membros ativos da ILHAECOTUR, contudo, apenas três foram entrevistados. Quanto aos demais tentei contato via e-mail, telefone e redes sociais, mas não foi estabelecido um momento para a realização da entrevista.

⁶ A pedido do entrevistado, sempre que for mencionado, utilizaremos seu apelido. Tito.

O capítulo 2, intitulado: *A invenção do turismo: entre a hospitalidade e a mercantilização* tem como objetivo situar o leitor da emergência histórica do turismo e dos fatores que contribuíram para a sua consolidação como segmento destaque na economia capitalista bem como apresentar de que formas os associados da ILHAECOTUR são inseridos nesse movimento.

O capítulo 3, sob o título: *O trabalho e suas dimensões fundantes* apresenta determinações relacionadas à categoria marxiana *trabalho*. Esse debate que tem em seu cerne a explanação das categorias trabalho produtivo, improdutivo, cooperado, alienação, estranhamento e reificação busca dialogar de forma dialética com a realidade percebida e descrita das relações que perpassam a atividade laboral desenvolvida no Polo Costa do Delta entre os associados da ILHAECOTUR.

O capítulo 4: *A relação turismo e qualificação profissional: experiências dos integrantes da associação de condutores de ecoturismo de Ilha Grande- PI* tem como foco o apontamento das reflexões referentes às relações estabelecidas entre os trabalhadores da ILHAECOTUR com a atividade turística, com os cursos de qualificação profissional e com seus pares no contexto de exploração do Delta do Parnaíba como produto turístico.

Nas considerações finais, apresento uma síntese tendo como fundamento as reflexões desenvolvidas em cada unidade do presente estudo, a partir do nosso problema de pesquisa, dos nossos objetivos, dos dados analisados, e dos resultados percebidos no decorrer de nossas considerações sobre *Turismo e Qualificação Profissional: A Experiência Vivenciada entre os integrantes da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande – Piauí/Brasil*.

2 A INVENÇÃO DO TURISMO: ENTRE A HOSPITALIDADE E A MERCANTILIZAÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar ao leitor as mudanças sociais e econômicas que possibilitaram a emergência e a consolidação do Turismo como uma das atividades econômicas mais rentáveis e desenvolvidas na atualidade. Para tanto, apresento o percurso histórico que possibilitou essa ascensão, a influência da Indústria Cultural na consolidação a atividade, a busca das comunidades receptoras pela inserção no segmento, os entraves para uma efetiva participação e a realidade encontrada em nosso lócus investigativo. Para embasar essa explanação foi necessário o embasamento nos escritos dos pesquisadores da História do Turismo, nos autores da Escola de Frankfurt e em resultados de pesquisas realizadas na Comunidade Tatus. Esse esclarecimento é importante para a compreensão das peculiaridades do Turismo e para uma melhor reflexão sobre a realidade vivenciada entre os integrantes da ILHAECOTUR.

2.1 Apontamentos para a Compreensão do Turismo.

A história das viagens está atrelada ao próprio desenvolvimento da humanidade, uma vez que desde os tempos remotos onde os grupos buscavam melhores condições climáticas e de habitação com o objetivo de oferecer melhores condições de vida aos seus pares seja relacionado ao acesso a alimentos ou a locais que dessem proteção aos grupos. (FUNARI, 2003)

Nesse período ainda não se pode associar esse movimento ao Turismo, pois a sistematização dos serviços - que como será exposto a seguir é sua principal característica - ainda não está engendrada. Podem ser classificados, no entanto, como *ato de viajar*. Com destaque as práticas desenvolvidas em outros momentos históricos como a Antiguidade Clássica na Grécia e em Roma e para as peregrinações do Medievo. Sobre esses períodos e alguns de seus principais aspectos que deterei minha análise a seguir.

O desenvolvimento das viagens remonta a antiga Grécia. Possibilitado pela formação geografias devido à proximidade do mar, a formação das cidades e pela movimentação comercial existente no período. A maior parte dos registros dessa atividade é embasada nos escritos de Heródoto, considerado o primeiro narrador dos fatos relacionados às viagens.

Por esses fatores, há na Antiguidade Clássica um grande deslocamento de pessoas para as cidades gregas, além das questões relacionadas ao comércio, podem ser destacadas as peregrinações realizadas por motivos de saúde, além disso, é importante destacar os jogos olímpicos como motivadores de um grande fluxo de deslocamentos entre atletas e público. (REJOWSKI, 2002)

Apesar do grande fluxo de visitantes que as cidades recebiam, existe um fator era decisivo para diferenciar essas manifestações das atuais formas institucionalizadas, esse diferencial era a hospitalidade, que

[...] era praticada por todos os gregos e baseada num preceito divino. [...] Aqueles que recebiam deviam dar de beber aos hóspedes, oferecer-lhes sal e lavar-lhes os pés, mesmo antes de perguntar seu nome e o objetivo da viagem. (REJOWSKI. 2002, p.21)

Em algumas localidades gregas eram designados funcionários públicos chamados de *proxenos*⁷ considerados os primeiros a serem utilizados no setor turístico. Sua principal função era auxiliar os visitantes para que a estadia destes fosse a mais tranquila possível, e que houvesse o maior aproveitamento da viagem. “A primeira obrigação deles era ajudar e dar assistência a seus compatriotas que estivessem fora de suas residências, particularmente aqueles que estavam em missão oficial” (REJOWSKI, 2002, p. 22)

Entre os viajantes da antiguidade, em especial os gregos, havia a tradição de visitar os monumentos mais conhecidas do período, definidas pelo escritor grego Antipater de Sidon como as Sete Maravilhas do Mundo, a saber: a estátua de Zeus; o farol de Alexandria; as pirâmides de Gizé, o mausoléu de Halicarnassus; o templo de Artêmis; os jardins suspensos da Babilônia e o colosso de Rodes. (REJOWSKI, 2002)

A prática dessas viagens atingiu seu ápice durante a ascensão do Império Romano proporcionado pelo período conhecido como *pax romana* e pelo desenvolvimento de uma infra-estrutura no sistema de transportes com a abertura de quilômetros de estradas bem como a construção de pontes e viadutos, o que viabilizava a realização das viagens seja por motivos de lazer, militares ou religiosos. Assim, os viajantes apresentavam interesse

[...] pela história e religião da Grécia. Percorriam os templos gregos e faziam excursões até os sítios famosos da época: o lugar onde dormiu Alexandre, o Grande; a casa onde viveu Sócrates; o local onde Ajax se suicidou. Acredite ou não, visitavam o Egito para ver as Pirâmides a Esfinge e o Vale dos Reis, tal como o fazem hoje os turistas modernos. (REJOWSKI, 2002, p.32)

Durante a Idade Média, devido influências externas como a falta de segurança e o êxodo rural, houve na Europa - região que será utilizada nesse estudo para compreender o desenvolvimento da atividade turística - um recuo das viagens que havia ganhado força, pois as condições desse período não eram propícias a realização dessa atividade para quaisquer finalidades.

Contudo, “[...] eram feitos simples itinerários em que a fé, que motivava o viajante, ocupava o seu espírito e seu coração mais do que a paisagem” (REJOWSKI, 2002, p.22). As peregrinações à cidade espanhola de Santiago de Compostela, a Basílica de São Pedro e a cidade sagrada de Jerusalém eram os

⁷ Do grego *pro*, para e *xênio*, estrangeiro.

destinos escolhidos pelos europeus para a visitação, dessa forma os deslocamentos com fins religiosos ganham destaque. (REJOWSKI, 2002)

Apesar do distanciamento histórico entre as épocas e das diferentes motivações que levavam ao deslocamento dos grupos humanos até o final do medievo, havia uma característica em comum a essa atividade. As rela es tinham por base a hospitalidade que   uma palavra originária do latim *hospitalitate* e significa o ato de hospedar; a qualidade de quem   hospitaleiro; a liberalidade que se pratica, alojando gratuitamente alguém; e por extensão acolhimento afetuoso.

Esse tipo de rela o também pode ser visualizada na Idade Média onde os mosteiros e as tavernas eram os pontos de apoio aos peregrinos e aos religiosos que buscavam as famosas igrejas do período, as instala es não eram as mais confortáveis, porém o caráter de ajuda prevalecia, como Rejowski (2002, p.23) destaca “as abadias e os mosteiros faziam a sua parte, acolhendo e alimentando os peregrinos.

Os fiéis dispunham até de guias de viagens com a localiza o desses abrigos de f .” A partir do século XVI, com o Renascimento as viagens voltaram a acontecer de forma mais significativa, pois, nesse momento o homem desprende as amarras que o fixava no campo e procura novas experiências.

Passado esse período de instabilidade, a partir do Renascimento as viagens da aristocracia inglesa para conhecer a Europa se tornaram frequentes. Contudo, a sistematiza o da atividade turística se dá no período da Revolu o Industrial, pois com o advento de inova es, principalmente nos transportes. Com a utiliza o do trem a vapor, a atividade turística ganha nova conota o, o *Gran Tour* não por coincidência iniciado na Inglaterra   difundido entre a camada burguesa da popula o.

O Grand Tour tem seu embrião no século XVI, atingindo o auge no século XVIII. Era restrito principalmente aos filhos de famílias ricas, com propósitos educacionais, sobretudo de jovens saídos de Oxford ou de Cambridge. Esses deveriam percorrer o mundo, ver como ele era governado e se preparar para ser um membro da classe dominante. Muitas vezes a rainha arcava com os gastos da viagem (FEIFER, 1986, p.64).

Destaco que o desenvolvimento da atividade turística na Europa e em especial na Inglaterra se deu a partir da explora o do homem pelo homem no processo da Revolu o Industrial, como aponta Engels (2008). Este   um ponto

importante, pois evidencia em nossa retrospectiva histórica, como se tornou central na lógica de mercado capitalista, o valor de troca da mercadoria atividade turística em detrimento ao valor de uso da ludicidade propiciada pelo ato de viajar em suas múltiplas possibilidades.

Isto se processa porque ao longo da história a atividade turística se transmutou em mercadoria “disponível” somente para aqueles que podem com seu dinheiro, pagar. Este processo de mercantilização da atividade turística se articula com a conceituação que Karl Marx propõe para o conceito de mercadoria. Na obra *O Capital*, Marx (2013) afirma que a mercadoria é um produto que satisfaz necessidades humanas, sejam do corpo ou do espírito, por meio da troca. Então quer dizer que pelo fato de possuir determinada utilidade, ela detém possui um valor de uso e por possuir a propriedade de servir como meio de troca, possui valor de troca.

Isto porque para Marx (2013) a mercadoria se trata de um objeto que mediante suas propriedades materiais possui a propriedade de satisfazer as necessidades materiais dos seres humanos. Essa característica como já elenquei é conhecida como valor de uso. Os seres humanos produzem riqueza com o objetivo de satisfazer suas necessidades, seja de forma direta (meio de subsistência) ou indireta (meio de produção). Com isso Marx (2013, vol. I p.58) afirma que “os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.”

Relembrando que, associado a isso, a mercadoria também possui a propriedade de poder ser trocada por mercadorias distintas de si próprias, ou seja, de comprar outras mercadorias, essa característica é conceituada como valor de troca. O valor de troca da mercadoria está relacionado à quantidade de tempo que o trabalhador gasta para produzi-la. Dessa forma, conforme Marx (2013), historicamente a mercadoria pode ser definida como uma riqueza mercantil, que simultaneamente possui valor de uso e valor de troca. Desta forma, mais uma vez me aproximo de Marx (2004, p.142), quando ele afirma que na sociabilidade do *Capital*

Tudo aquilo que tu não podes, pode o teu dinheiro: ele pode comer, beber, ir ao baile, ao teatro, saber de arte, de erudição, de raridades históricas, de poder político, pode viajar, pode apropriar-se disso tudo para ti; pode comprar tudo isso; ele é a verdadeira capacidade. Mas ele, que é tudo isso,

não deseja senão criar-se a si próprio, comprar a si próprio, pois tudo o mais é, sim, seu servo.

Dentro desse cenário de modificações e de estruturação surge como personagem Thomas Cook⁸ que inaugura uma nova forma de fazer viagens, ligada a partir desse momento ao status social de quem as realizava, dessa forma existe uma configuração no fazer turístico, como afirma Rejowski (2002, p.43)

Alguns estudiosos denominam o período que se estende de meados do século XIX até o início do século XX de turismo moderno ou organizado, pois foi nele que houve a implantação e o desenvolvimento da atividade turística como um grande negócio, em decorrência de inúmeros fatores, dentre os quais se destacaram as transformações econômicas e sociais, e as novas tecnologias.

Dessa forma é possível constatar uma transformação nas principais conotações dadas ao *ato de viajar*: são forjadas com a sistematização de serviços, as linhas que definiriam o turismo moderno enquanto gerador de divisas e de lucros, conotações estas que não eram dadas durante a antiguidade clássica ou mesmo no medievo, assim

A atividade econômica do turismo se insere no metabolismo do capital como parte indissociável da sua lógica de acumulação e todos os fatores intrínsecos à sua expansão. É através das múltiplas investidas do capital, ampliadas pela competição, que foi acelerado o desenvolvimento tecnológico e informacional, meio fundamental para a disseminação das viagens a lazer, que sob o capitalismo passaram a ser totalmente mercantilizadas, gerando a famigerada consumação turística. (THEVERIN, 2011, p. 125)

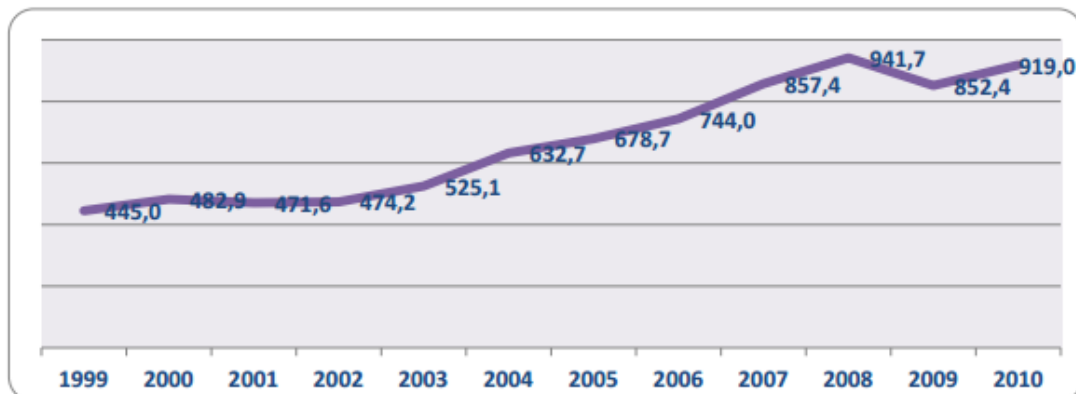
Após esse período de desenvolvimento ocorre mais uma vez uma retração na atividade uma vez que “o movimento turístico que, aos poucos, se expandia foi bruscamente interrompido com o advento da Primeira Guerra Mundial, que levou a Europa a um estado de grande comoção” (REJOWSKI, 2002, p. 77) Outro fator que contribuiu para uma estagnação aparente da atividade turística foi a queda da Bolsa de Valores em Nova York, que gerou a Grande Depressão econômica que assolou as bases no mundo capitalista naquele momento.

⁸ Thomas Cook é mencionado como o primeiro agente de viagens do mundo, pois fretou um trem com tarifas reduzidas, o que aumentaria a demanda pela viagem. Cook estabeleceu os princípios fundamentais das viagens organizadas, introduzindo no conceito de pacote turístico (package tour), desenvolvendo o cooperativismo entre as empresas e outros componentes do mercado turístico (agências de viagem, hotéis, transportadoras, restaurantes, atrações etc).

Quando o mundo parecia estar se recuperando dos efeitos da Depressão, a II Guerra Mundial foi deflagrada e a atividade turística mais uma vez sofreu um período de estagnação. Contudo entre 1950 e 1973 se inicia *boom* turístico. O turismo internacional cresce a um ritmo superior ao de toda a sua história. Este desenvolvimento é consequência da nova ordem internacional, a estabilidade social e o desenvolvimento da cultura do ócio no mundo ocidental. Nesta época se começa a legislar sobre o setor. (Dias 2003)

Motivado por essas características, grandes operadores turísticos lançam ao mercado pacotes turísticos idênticos. Na grande maioria se utiliza de voos fretados, que barateiam o produto e o popularizam. No princípio deste período (1950) havia 25 milhões de turistas, e ao finalizar (1973) havia 190 milhões. Contudo a expansão da atividade se caracteriza pela falta de planejamento, o que implica até hoje em consequências graves geradas pelo Turismo sem uma organização mínima. As cifras bilionárias impressionam (Tabela 1) e sobrepõem na maioria das vezes outras preocupações; como o uso sustentável dos atrativos utilizados ou mesmo a inserção dos núcleos receptores na atividade.

Gráfico 1 - Evolução da atividade turística no mundo medida em bilhões.



FONTE: OMT, 2011.

O Turismo é, segundo Coriolano (1998) um fenômeno histórico sem precedentes, uma das invenções mais notáveis da sociedade moderna. Uma criação da sociedade do consumo que, a partir da importância do lazer na sociedade atual, passa a vender ou comercializar a viagem como um novo produto, nos moldes de uma sociedade de consumo, atrelado, portanto as leis de mercado. Essa realidade

pode ser detectada ao detectar a receita gerada pela atividade que a cada ano cresce consideravelmente.

Essa expansão se tornou possível também porque a sociedade contemporaneamente se encontra imersa no que os estudiosos Frankfurtianos denominaram *Indústria Cultural*, uma vez que, por meio do uso e da crescente necessidade humana de interação com os meios de comunicação é forjado o seu cotidiano. Pensadores como Adorno, Benjamin e Horkheimer denominam essa “indústria” como uma massificação da cultura, tendo como gênese uma ideia de cultura insurgida das massas, com características em sua forma de pensar, agir, sentir e reproduzir o cotidiano em um movimento dialético de fabricação e consumo.

O Iluminismo é apontado por Adorno (2002) como o princípio da lógica cultural que rege a sociabilidade capitalista. Para ambos a reprodutibilidade técnica pautava as relações sociais. Essa afirmação utiliza como exemplo o valor que é atribuído a objetos de desejo diversos, uma vez que tanto a arte erudita quanto a arte popular, esgotam aos poucos sua veia criativa em virtude da reprodução e da distribuição possibilitadas pelo capitalismo.

Assim, a arte passa a ser vista como um simples objeto, uma mercadoria, que se sujeita aos movimentos do capital. Essa produção ao ser realizada de forma seriada transforma a obra de arte em bem de consumo, e, em virtude disso, ocorre a transformação das mesmas em bens culturais a serem explorados. Nesse ponto, apresento o que Benjamin (1986, p.170) caracteriza como “era da reprodutibilidade técnica”, pois como ele nos mostra “cada dia fica mais irresistível a sua necessidade de possuir o objeto, de tão perto quanto possível, na imagem, ou antes, na sua cópia, na sua reprodução.”

Essa reprodução, não é uma exclusividade do “mundo das artes”, mas envolve uma gama de setores que permeiam a vida dos homens. Um desses campos é a (re)produção da vida nas cidades, como nos mostra Harvey (2006) de forma específica o turismo integra uma sociedade cada vez mais visual, com produtos que atendam as suas necessidade de forma imediata, com o objetivo principal de atender as suas vontades de consumo. Nesse sentido “em seu lazer, as pessoas devem se orientar se orientar por essa unidade característica da produção. [...] Para o consumidor não há nada mais a classificar que não tenha sido antecipado no esquematismo da produção” (ADORNO, 2002, p.59)

Em *Sociedade de Espetáculo*, Debord (1992) nos mostra que o consumidor se torna um consumidor de ilusões, uma vez que esta dita sua forma de ser e de estar inserido nos espaços. As críticas a essa sociedade perpassam a ideia de “cultura”, seja através do vazio, do entretenimento e do espetáculo, que tem como objetivo um prazer imediatista. Nessa perspectiva o Turismo é um campo fértil, por ser reproduzido não exclusivamente como produto a ser consumido, mas como um segmento que confere status e que se torna cada vez mais espetacularizada.

O indivíduo é ao mesmo tempo protagonista e usuário na sociedade do entretenimento. Entre turistas, por exemplo, não há tempo nem disponibilidade para conhecer determinada localidade ou para apreciar bens da cultura local da forma que ela se constitui, o mais importante é registrar os passeios, os lugares e até mesmo as sensações em máquinas fotográficas e celulares divulgando nas diversas redes sociais em uma tentativa de materializar o que é vivenciado.

Debord (1992) concebe o espetáculo como uma relação entre pessoas, mediada por imagens sendo o capital a forma concreta dessa imagem. Com essa configuração do Turismo as comunidades, seu espaço e cultura ocupam o topo do mercado que envolve o lazer, onde a reprodução dessas experiências se faz em série como um uma fábrica de produtos da cultura.

As apresentações culturais, o artesanato, as músicas e espaços são produzidos em série para suprir a necessidade imediata do turista que visita determinada localidade que na maioria das vezes tem um prazo de validade determinado a medida que novos destinos se mostram mais inovadores ou atrativos.

Seguindo a perspectiva da Indústria Cultural os espaços onde o Turismo é desenvolvido sofrem essa influencia a medida que através de uma superficial valorização cultural proporcionada pela exibição interfere na autoestima das comunidades locais, receptoras de turistas e na aceitação da utilização de seu espaço para tal fim, concretizando o que nos mostra Harvey (2006, p.184)

A ênfase no turismo, na produção e no consumo de espetáculos, na promoção de eventos efêmeros num determinado palco, mostra todos os sinais de ser o remédio predileto para economias urbanas enfermas.

Logo a Indústria Cultural ganha mais destaque em segmentos onde a *priori* não se configurava. No caso do Turismo, essa perspectiva se materializa na

crescente exploração de lugares vistos anteriormente como marginalizados: as comunidades de grandes cidades. São exemplos dessa nova realidade os “safaris” realizados a morros como o da Rocinha e do Alemão na cidade do Rio de Janeiro. Nessa perspectiva, o outro passa a ser visto como elemento disponível para consumo, como objeto mercantilizado.

Assim a atividade desenvolvida em primeiro momento tendo a hospitalidade como propulsora muda de status e agora é vista como uma atividade geradora de riquezas, de divisas e de desenvolvimento para diversas áreas trazendo benefícios para as comunidades receptoras. Dessa forma e agregado na mentalidade das comunidades receptoras a ideia que o Turismo poderia funcionar como uma ferramenta para possibilitar uma melhoria de vida através das oportunidades geradas pela atividade, sem, contudo vislumbrarem os possíveis conflitos que podem surgir em virtude da disseminação sem controle da atividade. Uma vez que

Com o turismo, em seu tempo de não-trabalho, o indivíduo deixa de ter gastos minimizados e passa a realizar viagens totalmente mercantilizadas a lugares da moda, onde é criado um conjunto de coisas e objetos a serem consumidos. Nesses lugares, os preços tendem a ser mais elevados. ao sair de sua residência para ir para um hotel ou uma pousada, o indivíduo passa a pagar para dormir, pagar mais caro para comer, pagar para simplesmente contemplar a natureza de que ele mesmo faz parte. O capital não descansa para se reproduzir e seu metabolismo não pára. Embora realizar uma viagem turística seja uma opção, por parte do indivíduo, ela tem sido mentalmente imposta não só através da mídia e propaganda, mas por um processo histórico de desenvolvimento que produz e induz cada vez mais essa necessidade. (THEVERIN, 2011, p.127)

O que pode ser encontrado em diversas partes do Brasil e do mundo é que o Turismo segue os moldes da produção industrial capitalista e, portanto também produz pobreza, exclusão social e espacial, degradação ambiental entre outros problemas. Porém, mesmo com esse cenário de exploração do homem pelo homem, a atividade ganha notoriamente espaço entre os segmentos da sociedade e da economia onde é desenvolvido, mesmo que por vezes isso seja realizado sem planejamento prévio, o que culmina na exclusão de núcleos receptores mesmo aqueles que são, a priori, fundamentais para a consolidação da atividade.

2.2 Limites e Possibilidades da Atividade Turística na Região do Delta do Parnaíba sob a Ótica dos Associados da ILHAECOTUR.

Com o “*boom turístico*” houve o florescimento da atividade turística em áreas anteriormente não exploradas, fez com que surgisse nos núcleos receptores de Turismo um maior interesse com relação à distribuição dos lucros gerados com essa atividade a fim de melhorar a qualidade de vida das comunidades locais. Essa necessidade de inserção no mercado visando a melhoria das condições materiais pode ser vista em nosso lócus de pesquisa materializado na fala de José (2014)

Eu trabalhava só com a pesca, até que um tempo a situação ficou difícil e um amigo perguntou se eu queria trabalhar com o turismo e o mesmo barco que eu trabalhava transformei para o turismo. Fiz uns cartões e comecei a trabalhar com o Pedro.

Dessa forma fica evidenciado que o Turismo seria uma “tábua de salvação” para as comunidades locais (DAMATTA, 1996), contudo, na maioria das vezes – assim como em nosso caso - a atividade turística é desordenada e ocorre o que afirma Beni (2007, p.87)

O grupo social receptor de turismo, isto é, os habitantes estáveis de um núcleo receptor, sofrem muitas vezes uma autêntica colonização econômica e são encarados como joguetes de poderosos e levianos interesses ocultos.

Com o controle do processo de desenvolvimento da atividade pelo estado e por grandes grupos empresariais as comunidades acabam por não se beneficiarem com os lucros gerados pela atividade o que acaba tornando difíceis as relações de trabalho segundo Barreto (1997. p.5)

[...] propicia a exploração, o engano, a hostilidade e a desonestidade que são moeda corrente na relação entre turistas e população local justamente porque nenhuma das partes envolvidas se sente comprometida com as consequências da sua ação.

Uma vez incorporada nos núcleos receptores à premissa do turismo enquanto fator de geração de riquezas movido pela lógica capitalista acaba predominando e os turistas em diversas dessas comunidades acabam sendo vistos

como um mal necessário. Paradoxalmente, “os visitados, quanto mais pobres, mais depositam no turismo suas expectativas de progresso, de integração ao processo civilizatório, à economia de mercado.” (THEVERIN, 2004, p.8).

Com base nessas relações foram desenvolvidos modelos que demonstram como podem ocorrer as interações entre turistas e autóctones, o mais famoso deles, conhecido como “irridex” (Tabela 1), mostra as fases desse relacionamento em diferentes estágios demonstrados a seguir.

Tabela 1- Modelo Irridex

Fases	Relações Sociais
Euforia	Fase inicial do desenvolvimento turístico, na qual visitantes e investidores da atividade são bem vindos. O turismo é visto como fonte de emprego e renda pelos residentes
Apatia	Os visitantes são valorizados. O turismo é visto como uma atividade de lucros. O contato entre visitantes e visitados é mais formal. Existe o predomínio de interesses comerciais no contato com turistas por parte dos residentes
Irritação	Residentes tornam-se saturados com a chegada de turistas e passam a desconfiar e duvidar dos benefícios da indústria turística
Antagonismo	O nível de irritação dos residentes é amplamente expresso. Os visitantes são vistos como a causa de todos os problemas.

Fonte: Adaptado Mowforth e Munt (2013)

Essa é uma realidade que pode ser percebida entre os habitantes da cidade de Ilha Grande do Piauí, que possui baixo grau de desenvolvimento e deposita suas fichas no turismo, conferindo a atividade um status de “tábua de salvação” para os moradores que ocupam o espaço destinado a prática. Podem ser detectadas outras situações conflitantes entre os moradores dos núcleos receptores e os turistas que visitam as localidades

[...] se repetem no turismo vários problemas que acompanham a história social da humanidade, tais como o colonialismo cultural e a xenofobia, e que as relações interpessoais acabam seguindo a lógica mercantil. (BARRETO, 2004, p.1).

Dessa forma fica clara a importância desses atores sociais no processo de desenvolvimento da atividade, uma vez que “estudos recentes continuam a detectar que a relação dos turistas com as comunidades locais é superficial quando não se trata do setor desta comunidade que presta os serviços turísticos.” (BARRETO, 2004, p.5)

Para possibilitar ao leitor uma visualização de como essa situação se materializa na realidade dos moradores da comunidade Tatus, locus de nossa investigação, alguns relatos cedidos para a elaboração de minha investigação em nível de graduação⁹ serão apresentados a seguir. Durante entrevista concedida em sua mercearia um comerciante local A (2012)¹⁰ afirma,

O turismo aqui não tem futuro não minha filha, porque o turista chega aqui de carro, não compra nada e vai direto pro barco passear, quando ele chega aqui de volta ele não faz mais nada e só vai pra casa. [...], é muito difícil alguém daqui trabalhar com “os turista”, porque quem trabalha com eles vem de Parnaíba, só chamam alguém daqui de vez em quando, mas só quando tem muita gente pra conhecer o Delta.

Assim destaco que ocorre na comunidade o que demonstrou Barreto (2004, p.3) “quando a sociedade receptora é mais pobre do que a dos visitantes, tem menos avanços tecnológicos e ocupa um status inferior no cenário internacional, o relacionamento será assimétrico por questões estruturais”, a comunidade em questão se enquadra no proposto pela autora.

Outro ponto que foi abordado durante as entrevistas foi à utilização da mão de obra local e dos produtos disponíveis na região, a constatação foi surpreendente, pois o comerciante local B (2012) afirma que

⁹ A monografia “As faces da convivência: a comunidade Tatus (Piauí-Brasil) e sua relação como a atividade turística” apresentada por mim foi resgatada no presente trabalho para situar o leitor do contexto em que se desenvolve o turismo em nosso locus investigativo.

¹⁰ Com o objetivo de preservar nossos entrevistados a identidade dos mesmos não foi revelada no trabalho monográfico.

[...] quando as agências de Parnaíba vêm com os turistas nas vans eles já trazem tudo de lá, trazem água, comida, caranguejos e outras coisas que dava pra eles comprarem aqui [...], aí a gente não pode fazer nada pra vender pra eles, porque eles não param pra fazer nada.

Em outro depoimento concedido por um comerciante C (2012) detectei a forma como a comunidade é inserida na atividade

Meu cunhado tem um barco e quando dá no mês de julho e agosto que tem muito turista aqui o cara da agência de Parnaíba chama ele pra trabalhar, mas ele paga muito pouco pra ele aí nem compensa porque depois só fica trabalhando com o povo de Parnaíba.

Detecto nessa fala, o que Barreto (2004, p.16) expõe quanto à imagem que o turista carrega junto aos autóctones “convidados ou não, prevalece o fato de que, do ponto de vista social e cultural, sempre serão forasteiros e seu relacionamento com as populações receptoras sempre será a partir desta condição.”

A situação é ainda mais agravante uma vez que as condições de vida da comunidade são as mais precárias, não existe uma infraestrutura básica para o desenvolvimento pleno dos moradores, o que nos mostra uma situação similar a vivenciada por Engels (2008, p. 68) durante seus registros sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, onde

[...] a guerra é de todos contra todos. É aqui explicitamente declarada. [...], cada um explora o outro e o resultado é que o mais forte pisa no mais fraco, isto é, os capitalistas se apropriam de tudo, enquanto aos muitos fracos, aos pobres, mal lhes resta apenas a vida.

A partir desses relatos, considero que a comunidade apesar de habitar no mesmo espaço utilizado pelo Turismo, não percebe impactos positivos relacionados a esse desenvolvimento. Uma das possibilidades para a atuação estaria articulação dos moradores de forma associada, que se configura, ainda que de forma alheia a suas vontades.

Nesse sentido posso sinalizar a interferência dos cursos de qualificação profissional realizados pelos moradores locais na organização e exploração da atividade turística, a partir da fala do presidente da associação ao rememorar o momento de sua formação.

A cooperativa surgiu em 2006. A antiga cooperativa que era a COOPERCIG surgiu através dos cursos que foram dados pelo SEBRAE aí surgiu o interesse de formar uma associação ou cooperativa. Na época queriam uma cooperativa, escolheram até o nome que seria COOPERCIG, mas depois a gente viu que seria mais difícil formar uma cooperativa do que uma associação (TITO, 2014)

A partir desse marco, os moradores da comunidade Tatus passam a de forma autônoma buscar formas de produzir sua existência a partir do trabalho com a atividade turística que ganhava mais expressividade no Polo Costa do Delta mesmo que de forma improvisada em alguns aspectos, não existia, por exemplo, uma sede para as reuniões da Cooperativa. Tito (2014) nos diz que a “tinha uma parceria com a associação de catadores de caranguejo e a gente usava o espaço de lá”. Ele também nos diz que “tinha reuniões três vezes por mês. Todo fim de semana a gente tava reunido”.

Apesar dessa organização, mesmo que improvisada essa primeira tentativa de organização para o trabalho com o Turismo não obteve sucesso e cada um dos associados da ILHAECOTUR anteriormente pertencentes a COOPERCIG lança sua versão para tentar explicar as causas dessa desarticulação. Dois aspectos são mencionados com maior ênfase: o primeiro diz respeito à baixa remuneração da atividade e o segundo a maior qualificação dos primeiros associados. José (2014) afirmou que

Pra formar é muito difícil porque a primeira coisa que eles dizem é que não vai dar certo. Mas como a gente vai saber se não tentar? E a melhor coisa pra gente se tivesse uma associação que funcionasse. Porque aqui na Ilha é tudo uma bagunça. Se você chegar nos Tatus pra fazer um passeio e não for em uma agencia antes um monte de gente vai atrás de você um oferecendo preço menor que o outro quase brigando na sua frente e se tivesse uma associação dava pra organizar os preços.

Ainda tentando explorar essa temática, Adilson (2014) afirma que:

Quando eles saíram pra se formar foram se afastando da instituição. Quando não tinham esse nível superior eram mais presentes na cooperativa. Muitos ficam: Não, não vou pra parte prática porque é algo que não dá dinheiro, que é mais pra quem não tem tando esclarecimento. Mas se fizéssemos esse serviço dessa forma, valorizaríamos o nosso trabalho e o valor da diária ia subir.

Com as falas percebo que não houve um movimento organizado e forte para a instalação da COOPERCIG, muitos associados não percebiam na atividade que desenvolviam uma possibilidade de melhoria de suas condições de vida enquanto outros optavam por trilhar os caminhos do Ensino Superior. A partir dessa fragmentação entre os associados houve a modificação da COOPERCIG para ILHARCOTUR, Tito (2014) nos diz ainda que essa mudança também foi motivada por questões ligadas benefícios econômicos recebidos por alguns membros da COOPERCIG.

Muitos associados recebiam o seguro da colônia de pesca na época e acabou que ao formar a cooperativa a gente corria o risco de perder o seguro. Então a gente optou por mudar pela quantidade de pessoas da cooperativa também. A gente viu que a associação seria mais fácil e aí a gente mudou. Aí o nome mudou para ILHAECOTUR. Formamos a cooperativa depois dos cursos, eles foram de informações turísticas, animação turística, educação ambiental, vários cursos sobre turismo e através dos cursos nós despertamos para trabalhar com o turismo.

Dessa forma foi gestada a ILHAECOTUR, que conta atualmente com cinco associados que atuam de forma sistemática com o Turismo na região do Delta do Parnaíba. Tendo como objetivo perceber de que forma esses sujeitos se relacionam com a produção do espaço que vivem enquanto mercadoria e quais as implicações dessa atuação apresentarei no capítulo a seguir uma explanação de aspectos referentes à categoria trabalho em seus aspectos conceituais e práticos que podem ser percebidos entre esses sujeitos.

3. O TRABALHO E SUAS DIMENSÕES FUNDANTES

A proposta deste capítulo é analisar de forma breve algumas determinações relacionadas à categoria marxiana *Trabalho*. Elas se fazem necessárias uma vez que pretendo compreender os processos formativos vivenciados pelos integrantes da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande e de que forma ele contribui no cotidiano de homens e mulheres que interagem com o processo de exploração capitalista do principal produto da região: o Delta do Parnaíba. Para possibilitar essa análise foi fundamental a apropriação dos escritos na tradição marxiana. Dentre essas categorias os conceitos de trabalho, trabalho produtivo, trabalho improdutivo, trabalho cooperado, estranhamento e reificação foram aprofundados entrelaçando teoria e empiria com a finalidade de responder nossa problemática, nesse capítulo em especial a nosso primeiro objetivo específico que é compreender a relação dos integrantes da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande com a atividade turística no processo de produção do produto turístico-Delta do Parnaíba.

3.1 O Trabalho e seu Carácter Ontológico.

Antes de dar início a minha reflexão que intenciona apresentar as determinações da categoria trabalho se torna necessário apresentar alguns esclarecimentos preliminares. O primeiro deles diz respeito à mudança na percepção dada a própria categoria, que ganhou nova configuração a partir da revolução industrial que acrescentou ao trabalho uma concepção moderna, diferenciada da então entendida em outros momentos históricos dentro do processo de desenvolvimento da humanidade.

Compreendo que o trabalho e seu desenvolvimento estão presentes no percurso da humanidade desde os tempos mais remotos enquanto atividade de produção e reprodução humana, dessa forma ele se configura como uma condição necessária para a perpetuação da nossa espécie. Assim, percebo que nesse momento de gênese havia a unidade do trabalho em seus aspectos do “pensar” e do “fazer”.

Essa articulação foi rompida com a emergência do modo de produção industrial que promove uma ruptura entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, o trabalho se transforma em um meio para a produção de riqueza em geral deixando de ser uma categoria concreta, criadora de valores de uso e se fundando dentro de condições sócio/históricas pré-determinadas. Como nos mostra Nobre Lopes (2005, p.96) “aqui o trabalho concreto se torna abstrato, as relações sociais concretas se tornam abstratas, porque só importa ao capitalista o seu valor de troca e o conseqüente lucro que extrai dele.” Mas afinal, qual a concepção que Marx nos apresenta sobre essa categoria?

Como ponto fundamental é necessário compreender o trabalho enquanto uma relação estabelecida entre homem e natureza. Seu processo se torna possível à medida que o homem interage, se apropria e transforma o meio que está inserido. Nessas circunstâncias dialeticamente transforma também a si mesmo, como nos mostra Marx (2013) “trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com a sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercambio material com a natureza”.

A partir desse movimento de transformação da natureza, o homem se “constrói”, atuando sobre a natureza externa a ele, modificando-a, enquanto simultaneamente tem sua própria natureza modificada (Marx, 2013). Logo, se

entende que o trabalho é o elemento que possibilita a construção de uma identidade humana uma vez que esse processo permite a constituição de um “ser social” e é, por conseguinte um artifício fundamental de sua organização coletiva, pois, esse movimento possibilita sua organização em sociedade.

Torna-se necessário, contudo, caracterizar o trabalho em sua natureza dúplice, se por um lado ele possibilita a constituição do homem enquanto ser social pertencente/transformador de uma sociabilidade ele também tem como característica a alienação/estranhamento proporcionado pelo assalariamento e pelas condições em que suas atividades são desenvolvidas. Dessa forma o trabalho se desenvolve processualmente em suas dimensões basilares com seus aspectos positivos e negativos.

É importante ressaltar que em Marx existe uma relação conectada entre o trabalho útil-concreto (positivo), produtor de valores de uso indispensáveis à (re)produção humana e o trabalho abstrato (negativo), contido nas mercadorias, cujo principal fim é a criação de mais-valia indispensável a lógica do capital.

Dialeticamente Marx considera seus aspectos positivos e negativos, onde se debruça sobre a contribuição dada pelo trabalho, entre elas o “tornar-se homem” propiciado pela produção dos seus meios de subsistência.

[...] para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico, é portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, mesmo a milhares de anos, deve ser cumprida todas as horas, para manter os homens vivos. (MARX e ENGELS, 2001, p.39)

Dessa forma, o homem em seu contato com a natureza, se utiliza de suas forças vitais: pernas, braços, cabeça e mãos transformando a matéria prima contida na natureza para canalizar os recursos disponíveis com o objetivo de subsidiar sua vida social. Assim, o homem imprime na natureza a sua forma útil a vida humana. A partir desse movimento, o homem transforma a natureza e forja sua condição humana.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida,

os homens produzem, indiretamente sua própria vida material. (MARX e ENGELS, 2001, p.27.)

Observo esse movimento entre os associados da ILHAECOTUR à medida que analiso a forma como o trabalho é produzido por eles, primeiro em um plano ideal, para após esse momento se materializar na realidade, sobre esse aspecto, Tito (2014) nos relata sobre assunto.

Alguns roteiros nós criamos. A Trilha da caída do morro¹¹, o morro gemedor e o tour pela cidade nós que criamos. Inclusive tem outros passeios criados pela gente que as outras agências comercializam como o safari noturno no Delta. As trilhas são feitas só pela gente. Vamos antes ao local, fazemos um estudo, vemos a viabilidade e depois disso organizamos e que comercializamos o roteiro.

Partindo dessa colocação, fica explícito o papel dos condutores de ecoturismo enquanto mercadoria a ser disponibilizada aos compradores: sejam eles turistas ou agências de turismo. Essa situação se materializa à medida que novos roteiros são criados e guiados por eles. Existe a partir desse ponto a modificação do espaço, que passa ser utilizado para o turismo e a modificação dos homens que cotidianamente através de seu envolvimento/participação em um setor que anteriormente não fazia parte de seu campo de trabalho se reconhecem de forma cada vez mais efetiva enquanto trabalhadores do setor turístico.

Nesses termos o trabalho pode ser exposto como um movimento de transformação/apropriação da natureza pelo homem com o objetivo de subsidiar sua existência. Marx (2013), ainda relacionado a esse processo, apresenta que outros animais tem essa interação com a natureza, contudo, nos mostra que por não ser uma atividade mediada pela consciência e sim por instinto, apenas ao homem carrega consigo esse status transformador da natureza com a finalidade de prover sua existência. Isso fica claro quando ele expõe que

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade (MARX, 2013, p.212)

¹¹ O descritivo desse roteiro, hoje denominado de Trilha das Dunas está disponível nos anexos.

Com isso Marx afirma que o processo em sua integralidade, desde a formulação até a execução pertence exclusivamente ao homem, ao trabalhador. Ele não apenas transforma o material que está a sua disposição como dá uma materialidade/utilidade a partir de um projeto desenvolvido *a priori* em sua consciência, construindo valores de uso, compreendidos como a transformação da natureza em elementos úteis a manutenção da vida humana. Isso fica evidente em nosso lócus investigativo quando investigo a atuação dos trabalhadores em um primeiro momento da COOPERCIG,

É desenvolvido em Ilha Grande do Piauí o Projeto Ilha Ecotur, que é realizado pela COOPERCIG (Cooperativa de Condutores e Guias de Turismo de Ilha Grande). Segundo o 'guia', Pedro da Costa, um dos membros da cooperativa, a intenção do Projeto é elevar o turismo ecológico da Ilha e da região através da elaboração de projetos turísticos pelos membros da Cooperativa, onde são oferecidas novas rotas, novas formas de passeio pelo delta, para empresas de turismo espalhadas pelo Brasil, que ao receberem o nosso projeto vendem pacotes de turismo para aqueles que desejarem visitar o município. "Com a cooperativa a procura por passeios turísticos em Ilha Grande vem crescendo consideravelmente" ressaltou o condutor Pedro. (PROJETO ILHA ECOTUR DESENVOLVE ROTAS TURÍSTICAS EM ILHA GRANDE de 16/11/2009. Fonte: Portal 180¹²)

Com essa informação fica exposta a inserção desses trabalhadores em uma atividade que se mostra crescente na região em que habitam. Essa inserção se faz necessária para possibilitar a esses homens melhor condição de vida, uma vez que segundo eles, atuar apenas no setor da agricultura e da piscicultura não é suficiente para sobreviver e o Turismo se apresenta como uma nova possibilidade de atuação.

Essa relação entre os trabalhadores e a modificação do espaço para sua utilização turística, apresentada a estreita relação entre o homem e a transformação da natureza, Marx (2013, p.212) indica os elementos que compõe o processo de trabalho, a saber: "(1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; (2) a maneira que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; (3) os meios de trabalho, o instrumento de trabalho".

¹² Matéria disponível em: <http://180graus.brasilportais.com.br/ilha-grande/projeto-ilha-ecotur-desenvolve-rotas-turisticas-em-ilha-grande-263616.html>. Acesso em 20/02/2014;

Marx (2013) ainda amplia suas determinações e apresenta os seguintes desdobramentos ao processo de trabalho. Primeiro aponta que o homem transforma um objeto com o fim de satisfazer suas necessidades humanas como valores de uso; e para tornar isso possível, atua nesse objeto por meio do instrumental do trabalho.

Em uma segunda determinação, Marx (2013) aponta que objetos de trabalho só se caracterizam enquanto matérias-primas a partir do momento que são alvo de uma modificação pelo trabalho. Por fim, ele caracteriza os meios de trabalho, esses podem ser compreendidos como um complexo de coisas, que são inseridos entre o trabalhador e objeto de seu trabalho, ou seja, o meio de trabalho direciona a atividade sobre o objeto de trabalho (matéria prima) a ser manipulado. Em suma, a forma como os objetos e os meios de trabalho são utilizados definem historicamente as diferentes épocas econômicas.

Articulo a esta reflexão a realidade vivenciada por esses trabalhadores do Turismo que tem o Delta do Parnaíba como produto a ser comercializado. Muitas vezes a atividade é percebida apenas enquanto uma oferta de serviços, com a falsa ideia que basta uma localidade ter um potencial paisagístico ou histórico para que possa ser explorada pelo Capital.

Contudo, a formatação do Produto Turístico¹³ requer um trabalho minucioso de transformação do espaço através da ação humana, algo que pode ser percebido entre os associados da ILHAECOTUR, quando fazem uma organização do espaço a ser explorado pelos turistas.

Desse modo, entendo o homem como um ser de atividade, cujo fim de seu trabalho é delineado em sua consciência e executando na transfiguração de um objeto ou de uma matéria prima se utilizando para isso de instrumentos ou meios de trabalho. Como resultado dessa ação temos um produto acabado, objetivado, caracterizando o processo de trabalho.

Neste processo de interação com a natureza e com os outros homens, com a nossa prática cotidiana de transformar a natureza socializamos e

¹³ O produto turístico é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/ subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico. (MOESH, 2002, p.9). Este produto é um bem de consumo abstrato, imaterial e intangível. Os consumidores não podem vê-lo, experimentá-lo ou testá-lo antes da compra. Existe ainda uma impossibilidade de estocagem do produto.

aprimoramos o conhecimento adquirido neste processo. Esta unidade entre pensar e fazer, está em constante movimento permitindo nossa interação com o meio, proporcionando o aprimoramento de nosso conhecimento sobre a natureza e sobre nós mesmos. Como aponta Konder (1992, p.105) “pelo trabalho, o sujeito humano se contrapõe ao objeto e se afirma como sujeito num movimento realizado para dominar a realidade objetiva: modifica o mundo e se modifica a si mesmo.”

Apresentei até aqui características do processo de trabalho, no entanto, vivemos em uma organização social específica, a sociedade capitalista, que apresenta características próprias. O trabalho ainda apresenta em seu cerne o ato humano de transformação da natureza, contudo as relações que se estabelecem entre os homens durante o processo produtivo e de sua própria existência apresentam características particulares.

Com o advento da propriedade privada e da divisão social do trabalho¹⁴, a relação entre os homens em torno do trabalho se encontra entre os possuidores dos meios de produção e aqueles que por não possuírem meios para produzir suas mercadorias, vendem sua força de trabalho em troca do salário para garantir sua subsistência humana de se alimentar, se vestir e garantir moradia para se proteger dos fenômenos da natureza e das ameaças externas, dentre outras necessidades.

O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realiza de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho. Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo,

¹⁴ Marx define a divisão social do trabalho como “a totalidade das formas heterogêneas do trabalho útil que diferem em ordem, gênero, espécie e variedade” (O Capital I, cap 1). A seguir assinala que a divisão do trabalho é uma condição necessária para a produção de mercadorias, pois, sem atos de trabalho mutuamente independentes, executados isoladamente uns dos outros, não haveria mercadorias para trocar no mercado. [...]. Primeiro há a divisão social do trabalho entendida como o sistema complexo de todas formas úteis diferentes de trabalho são levadas a cabo independentemente umas das outras por produtores privados, ou seja, no campo do capitalismo, uma divisão de trabalho que se dá na troca entre capitalistas (individuais e independentes que competem uns com os outros. Em segundo lugar há a divisão de trabalho entre os trabalhadores, cada um dos quais executa uma operação parcial de um conjunto de operações que são, todas, executadas simultaneamente e cujo resultado é o produto social do trabalho coletivo. (BOTMORE, p.122, 1988.)

o valor diário da força de trabalho. [...] O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. [...] O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem (MARX, 2013, p. 219).

Este é o caso do objeto em questão uma vez que: os associados da ILHAECOTUR, apesar de elaborar e produzir os roteiros, não tem sobre eles uma exclusividade por se tratar de um produto que tem como foco, visitas a natureza. Assim, como nos mostra Adilson (2014).

A gente formatava, a gente comercializava e fazia tudo. Se a gente monta uma associação pra competir com outras empresas eles não vão contratar aquela mão de obra, entendeu como é que é? Eles veem os roteiros já estruturados e simplesmente comercializam. Depois disso, a gente só trabalha para as agências e deixa de formatar os roteiros.

Nesse contexto, existe uma apropriação do trabalho realizado pelos condutores de turismo no momento da produção de um determinado roteiro. Isso é possível devido à impossibilidade de estocagem do produto, uma vez que este está inserido em um espaço público que está ao alcance de todos. Essa transformação do sentido do trabalho se torna possível à medida que, existe um processo de sujeição do trabalho ao capital uma vez que durante a “produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valores-de-troca.” (Marx, 1989, p.210)

Nessa nova organização do processo de trabalho cabe ressaltar que ocorre uma situação que tem uma relevância fundamental: o capitalista concentra em seu poder os meios, os materiais e a força de trabalho (o trabalhador) fazendo com que o último consuma os produtos de seu trabalho com o seu próprio trabalho. Marx (2013) apresenta que com essa organização emergem dois fenômenos particulares. O primeiro deles se refere ao trabalhador, que passa a ter seu trabalho controlado pelo capitalista, o segundo fenômeno se relaciona ao trabalhador e o objeto por ele produzido, que agora não o pertence e é propriedade do capitalista.

Em suma, a compreensão marxiana relacionada ao processo de trabalho nessa nova organização mostra como o homem participa de diversas fases de produção até que seu trabalho chegue a um final. Esse processo apresenta

categorias diversas que estão em permanente interligação e que são fundamentais para a problematização/compreensão do trabalho enquanto processo. Essas categorias são vistas no processo de transformação do Delta do Parnaíba em um produto turístico bem como a transformação dos homens e mulheres associados à ILHAECOTUR que vivenciam a exploração cotidiana de sua força de trabalho.

3.2 Para Compreender o Processo de Trabalho na ILHAECOTUR: Trabalho Produtivo, Improdutivo e Cooperado.

O trabalho produtivo em uma sociabilidade como a capitalista que conta com uma imensa diversificação do processo de trabalho e com a complexificação das relações sociais e principalmente da produção assume uma nova conotação que vai além da relação estabelecida em outros momentos onde cada indivíduo produzia de forma particular com o objetivo de suprir suas necessidades.

Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto do trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das funções fracionárias. (Marx,2013, p.577)

Se antes o conceito de trabalho produtivo era gestado na produção material, nesse momento histórico ele se torna possível através do trabalho coletivo dentro de um conjunto. O caráter cooperativo presente no processo de trabalho, onde diversas tarefas são realizadas por um grande número de trabalhadores amplia a definição de trabalho produtivo e modifica também o que vem a ser o trabalhador produtivo.

Adilson (2014) nos conta que entre os associados da ILHAECOTUR, esse caráter cooperado se manifesta no momento da sistematização dos roteiros que serão comercializados. Nesse momento cada associado executava uma determinada atividade com o objetivo de comercializar o produto “Delta do Parnaíba”. Essas atividades são de reconhecimento da área, estudo de viabilidade, elaboração do percurso, sinalização turística, divulgação do roteiro para finalmente chegarem ao acompanhamento do turista.

O modo capitalista de produção não está limitado apenas à produção de mercadorias, mas produz também à mais-valia, o trabalhador nesse contexto não produz apenas o necessário para suprir suas necessidades, mas produz excedente

para o capitalista. Como Marx (2011) nos afirma só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia ao capitalista, servindo assim à auto realização do capital. Assim, o conceito de trabalho produtivo não diz respeito apenas à relação estabelecida entre a atividade produtiva e seu aspecto utilitário, em outras palavras ele não se configura apenas entre o trabalhador e o produto do seu trabalho, mas se configura também como uma relação social que tem especificidades. Nesse caso, o trabalhador se torna uma ferramenta para a produção de mais valia.

Já expus anteriormente que o trabalho realizado pelo homem requer dispêndio dos músculos e do cérebro, contudo, nessa nova configuração dada ao trabalho produtivo, refletido no trabalho cooperado existe a divisão entre trabalho manual e intelectual. Assim, o trabalho produtivo é fruto do trabalho coletivo onde a manipulação do objeto pelos sentidos e sua idealização anterior pelo seu cérebro não são os responsáveis exclusivos pelo processo de criação de mercadorias.

Se o trabalho produtivo é o resultado da interação homem-natureza, na sociabilidade capitalista o trabalho não objetiva apenas a satisfação das necessidades humanas, visa acima de tudo a extração de trabalho excedente não remunerado, em outras palavras, a mais valia. Dessa forma o trabalho só é qualificado enquanto produtivo uma vez que a mais valia é extraída do trabalhador.

Resumindo, a conceituação de trabalho produtivo se expandiu simultaneamente a consolidação do modo de produção capitalista, deixando de ter um caráter único, que era dado exclusivamente, por exemplo, ao homem que trabalhava em sua oficina para ser um trabalho diluído dentro processo de trabalho coletivo em um determinado conjunto. Dessa forma as atividades laborais se tornaram cada vez mais específicas, uma vez que o trabalho produtivo não produz apenas valores de uso e sim valor (mais valia) que se insere dentro do processo expansionista da lógica capitalista.

Dessa forma as mercadorias¹⁵ possuem valor de uso e valor de troca; contudo, se retirar dela essas características, nos resta apenas uma propriedade comum, a de ser fruto do trabalho humano. Dessa forma, uma mercadoria possui valor à medida que nela está contida trabalho humano concreto. Mas essa grandeza de valor é medida pela quantidade de trabalho incorporado a ela, isto é, a quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção. Como nos

¹⁵ Todas as sociedades humanas tem que produzir suas próprias condições materiais de existência. A mercadoria e a forma que os produtos tomam quando essa produção é organizada por meio da troca.

apresenta Marx (2013, p.45) “a quantidade de trabalho por sua vez, se mede pelo tempo de sua duração e o tempo de trabalho, por frações de tempo, como hora, dia, etc.”

Assim, quando colocados de lado à esfera da atividade produtiva e o caráter útil do trabalho, desaparecem suas características materiais bem como a especificidade do trabalhador que desenvolve dada função, assim lhe resta apenas ser um gasto de força de trabalho humano abstrato, um *quantum* de tempo. Essa realidade pode ser percebida na ILHAECOTUR à medida que são destinados ao pagamento dos condutores valores de diária em uma tabela padrão que em nosso caso, segundo José (2014) variam entre R\$ 20 e R\$ 40.

Nesse processo, que tem o Delta do Parnaíba como principal produto a jornada de trabalho varia de acordo com o período do ano. Nos meses de novembro, dezembro, janeiro e julho a demanda é ampliada e o tempo destinado a atividade ultrapassar às 12 horas diárias, dependendo da busca por determinados roteiros. Nos demais meses do ano, a busca por esses roteiros é esporádica. Por esse motivo não houve dos nossos sujeitos a descrição do tempo dedicado ao trabalho.

Continuo evidenciando que existem formas de trabalho concreto que se distinguem umas das outras, uma vez que existem no processo produtivo o caráter útil do trabalho e o caráter útil dos trabalhos que são incorporados nos produtos produzidos. Dessa forma, existe uma dupla natureza do trabalho concretizado nas mercadorias.

Existe assim um duplo caráter presente nesse processo, pois ao se apresentar como valor de troca o trabalho não possui as mesmas características que o constituía quando criava valores de uso. Contudo as mercadorias possuem valores de uso qualitativamente diversos, conseqüentemente também diferem os trabalhos que dão origem à sua existência. Nas palavras de Marx (2013, pág. 64) “valores de uso idênticos não se trocam”.

No processo de produção da mercadoria, se manifesta um conjunto correspondente dos trabalhos úteis diversos – a divisão social do trabalho – “condição para que exista a produção de mercadorias, embora reciprocamente, a produção de mercadorias não seja condição necessária para a existência da divisão social do trabalho” (*Idem*, 2013, p.64).

Nesse sentido as mercadorias são conjunções de dois fatores: matéria fornecida pela natureza (processo de transformação pelo homem e não a construção

de algo novo) e o trabalho. Este representa trabalho humano simples, medido pelo dispêndio da força de trabalho que garante valor a mercadoria. Para Marx o trabalho simples médio muda de caráter com os países e estágios de civilização, mas é dado numa determinada sociedade.

O caráter duplo do trabalho é determinado, portanto, como dispêndio de energia de trabalho humano, em sua face fisiológica enquanto trabalho abstrato criador do valor as mercadorias bem como desgaste de força humana para a criação dos valores de uso como trabalho útil concreto. O trabalho concreto se torna, logo, a forma contrária da manifestação do trabalho abstrato humano. Enfim, os valores de uso das mercadorias ou de cada produto que são materializados representam uma determinada atividade produtiva que tem um fim prático, ou seja, um trabalho útil particular, trabalho concreto.

Apresentadas essas contribuições, Marx (2013), identifica que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o trabalho perde seu status de atividade criativa, para ocupar, também um valor negativo de degradação do homem, uma vez que se configura na relação entre o homem e o objeto do seu trabalho, pois passa a ser estranhado/alienado. Essa reflexão referente à alienação do trabalhador é encontrada de forma mais detalhada nos Manuscritos Econômico-Filosóficos¹⁶, e é sobre essa categoria que me deterei a partir desse ponto.

Apropriando-se dos escritos da Economia Política, já existentes que conceituaram as principais terminologias da área, Marx (2008) edifica suas reflexões sobre a sociedade industrial. Partindo dessa apropriação ele apresenta o processo de transmutação do trabalhador em mercadoria ao vender sua força de trabalho que vale à medida que é capaz de gerar riquezas para os detentores dos meios de produção. Como nos mostra Marx (2008, p.79)

Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz apenas mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

Nas palavras de Marx (2008, p.80) “o trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz (...). O trabalhador se torna uma mercadoria mais barata

¹⁶ Obra escrita no ano de 1844, em especial sobre essa temática no capítulo onde são debatidos o trabalho estranhado e a propriedade privada.

a medida que mais mercadoria produz”. Dessa forma, ele aponta que o trabalhador a medida que mais bens produz inversamente se transforma em uma mercadoria mais barata. Assim o trabalho não produz apenas objetos para o consumo, mas também produz o trabalhador como mercadoria.

3.3 Estranhamento e Reificação no Processo de Trabalho na ILHAECOTUR.

Um aspecto fundamental para a compreensão da organização do trabalho na ILHAECOTUR e das experiências vivenciadas a partir da participação nos cursos de qualificação profissional é imprescindível o debate sobre estranhamento e reificação. No contexto da ILHAECOTUR isso é percebido na forma como os trabalhadores são vistos e se veem durante seu processo de trabalho. Evidencio essa situação na fala de José (2014)

O trabalho que a gente faz não é valorizado por aqui, muitas pessoas que contratam veem a gente às vezes até como uma máquina, que tá aqui pra dar informação e nem ligam se a gente tá bem ou mal, se tá doente ou com problema.

Essa sociabilidade abre margem para a configuração de um trabalho estranhado e para a reificação dos trabalhos do setor. Dessa forma, se configura então a objetivação do trabalho como estranhamento, uma vez que o produto configurado através da ação direta do trabalhador se opõe a ele como um ser independente e oposto dele enquanto produtor. Sobre essa reflexão Marx (2008, p.80) destaca que

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta com um *ser estranho* com um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*sachlich*) é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do seu trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece o estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e a servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entausserung*).

Assim, o estranhamento do trabalhador significa que o seu trabalho se transforma em um objeto com uma existência independente e exterior de seu

produtor, se tornando um ser estranho com um poder autônomo. Dessa forma a vida que o trabalhador deu ao objeto, faz com que ele se torne uma força hostil ao próprio produtor. “A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung*) que, quanto mais, objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, o capital. (*Idem*, 2008, p.81)”. Logo aponto um aspecto fundante do estranhamento: *a autonomia agregada ao objeto face o seu produtor*.

O ápice desse domínio/autonomia se materializa quando o trabalhador se mantém enquanto sujeito físico, como um mero produtor de objetos, utilizando todas as suas energias para o processo de objetivação. Esse se caracteriza como a base do problema do estranhamento: o trabalhador é encarado como mercadoria viva para a produção de mercadoria inanimada. “O trabalhador encerra sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto”. (*Idem*, 2008, p.81) Entre meus sujeitos essa relação é materializada na fala de um dos condutores que atuam no Delta ao analisar sua importância para o desenvolvimento da atividade.

Eu acho até difícil falar sobre essas coisas. Eu sei fazer o serviço, mas não posso lhe responder, porque o próprio turista que me contrata é que pode dizer qual é a minha importância e se eu sou importante ou não. (José, 2014)

Não existe por parte desse trabalhador o reconhecimento da sua importância para o desenvolvimento do Delta do Parnaíba como produto turístico da região. Ele se percebe como ferramenta, como objeto e deixa a cargo dos consumidores a avaliação da atividade que desenvolve cotidianamente de forma sistemática.

Feita essa explanação, examinei o processo de estranhamento do trabalhador a partir da sua relação com os produtos de seu trabalho. A revelação desse processo não se dá apenas no resultado, no trabalho objetivado, mas, sobretudo, no processo de produção onde os trabalhadores atuam. O estranhamento do trabalhador, antes de ser relacionado ao produto de seu trabalho está relacionado ao processo produtivo. Para Marx (2008, p.82) esse processo se dá primeiramente da seguinte forma

Primeiro que o trabalho é externo (*ausserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se dele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. (...) o seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*.

O trabalho vira assim um meio para subsidiar outras necessidades do capital e não uma determinação para a realização do homem como tal. Assim, o trabalho estranhado, é o trabalho responsável pela mortificação do trabalhador, tornando seu trabalho um sacrifício “o trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer as necessidades fora dele” (MARX, 2008, p.83) Percebo essa situação entre meus sujeitos na fala de José (2014)

Na maioria das vezes eu acompanho um passeio por dia. Que sai às 8 da manhã e volta às 4 da tarde. Dependendo do turista a gente fica até mais porque não tem a obrigação de fazer a vontade dele. Se eu faço um passeio com você claro que eu tenho que tirar o meu dinheiro, mas você tem que ficar satisfeita pra poder voltar e trabalhar comigo ou me indicar pra algum amigo. Se não, eu fico sem trabalho e sem o sustento de casa que eu tiro do turismo nesses períodos de alta temporada.

O Turismo e o trabalho para suprir a necessidade dos consumidores são percebidos apenas como uma atividade que viabiliza a reprodução material desses homens, não sendo notado nas falas uma auto avaliação ou mesmo uma valorização da atividade por eles desenvolvida. O estranhamento no *ato da produção* é uma consequência direta a relação estranhada estabelecida entre o trabalhador e os produtos de seu trabalho. Marx (2008, p.83) mostra essa situação como mais um sacrifício ao trabalhador, pois,

A relação do trabalhador com a própria atividade como uma [atividade] estranha, não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força com impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física *própria* do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é a vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O *estranhamento-de-si* (Selbstentfremdung) tal qual o estranhamento da coisa.

Pontuando as duas primeiras características, o estranhamento com o produto do seu trabalho bem como do ato da produção, Marx (2008) apresenta uma terceira forma de estranhamento, que se configura com o estranhamento do

trabalhador com a própria espécie. “Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o *gênero* (humano).” (Marx, 2008, p.84)

A partir dessa determinação Marx acrescenta que o homem vê em sua atividade produtiva apenas um meio para a satisfação de suas necessidades de existência física “a vida aparece mesmo como *meio de vida*”. O trabalho estranhado faz com que o homem veja em sua atividade apenas um meio de produção de sua existência. Ao ser questionado sobre os segmentos que são fundamentais para a existência do turismo no Delta do Parnaíba José (2014) nos apresenta a seguinte consideração.

O mais importante do Delta pra ele ser procurado e a Natureza. O poder público não ajuda em nada. Pra você ter uma ideia no final de ano passam entre cinco e seis mil turistas e não fica um centavo dentro da Ilha Grande. Não tem organização, divulgação nem nada. A gente que trabalha não pode fazer nada, quase não tem voz pra definir nada. A gente só pode acompanhar o turista, ganhar nossa diária e pronto.

Apesar de produzir, comercializar e vivenciar cotidianamente o espaço (seja profissional ou pessoalmente) não é percebido na fala dos entrevistados uma valorização do trabalho realizado por eles, uma vez que eles se colocam como peça pouco fundamental no desenvolvimento do turismo. Esse processo é descrito de forma mecânica e não acompanha um sentimento de realização pessoal com a atividade e como consequência de não se reconhecer em sua atividade ele não pode “fazer-se” através dela, se tornando estranhado de si e de sua natureza.

Como desfecho que sua análise Marx (2008) conclui que a propriedade privada é fruto da relação externa do trabalhador a natureza e a si mesmo (trabalho estranhado). O desenvolvimento da propriedade privada, ao atingir seu pico como o trabalho estranhado e o meio pelo qual o trabalho se torna estranhado, por isso, é possível definir as demais categorias da Economia Política como, por exemplo, o salário, comércio, dinheiro, encontrando em cada uma delas uma expressão particular dos elementos fundamentais que as constitui.

Para compreender as relações estabelecidas entre meus sujeitos de pesquisa e sua atividade profissional uma categoria merece destaque nesta análise: a reificação. Essa elucidação pode ser encontrada nas páginas de O Capital (2013)

onde ele expõe que “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 2013, p. 57). Assim, a mercadoria é elencada como forma elementar do modo de produção capitalista carregando consigo a chave para o entendimento dos fundamentos que regem esse modo de produção.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. [...] Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (MARX, 2013, p. 94)

O fetichismo da mercadoria, que nos apresenta as relações de trabalho reificadas, não é um produto de nossa consciência. Antes de mais nada, a reificação é a base onde as relações sociais mercantis se manifestam. Marx (2013) nos mostra que essa relação assume uma forma “fantasmagórica de relação entre coisas”, pois, em nossa sociedade as relações entre as pessoas são mediadas pelos produtos de seu trabalho, ou seja, pelas mercadorias.

A mercadoria carrega consigo uma unidade entre valor de uso e de troca, possibilitada pela divisão social do trabalho e pela propriedade privada que são historicamente desenvolvidos. Com a propriedade privada, o produtor possui a possibilidade de escolher como, o que e quanto deve produzir, contudo, dialeticamente em um movimento combinado sua inserção na divisão social do trabalho do deixa dependente de outros produtores. Assim, cada produtor produz para o outro e não exclusivamente para si, o que faz da mercadoria uma mediadora de infinitas relações sociais.

A coisa adquire as propriedades de valor, dinheiro, capital, etc., não por suas propriedades naturais, mas por causa das relações sociais de produção às quais está vinculada na economia mercantil. Assim as relações sociais de produção não são apenas “simbolizadas” por coisas, mas realizam-se através de coisas. (RUBIN, 1980, p.26)

Assim, na sociedade mercantil, em seu caráter reificado, atribuímos às coisas características e aspectos pertencentes das quais são expressão se tornam

meio de realização. Em meu lócus percebi esse caráter reificado ao notar a forma como os sujeitos são vistos pelos consumidores (turistas e proprietários de agências) como um apêndice, uma ferramenta que viabiliza a produção/comercialização do produto Delta do Parnaíba. Essa situação fica clara na fala de José (2014) ao relatar que muitas vezes não existe um contato entre eles e os turistas que em diversas situações os tratam apenas como objeto para conhecer a localidade.

Essa relação reificada, ganha proporções ainda mais serias e perigosas na sociabilidade capitalista, onde a produção tem como finalidade principal a transformação de dinheiro em mais dinheiro, se distanciando do que deveria ser seu principal motivo que consiste na realização das necessidades humanas sejam elas do corpo ou do espírito.

Em suma, apresentei nesse capítulo as determinações do trabalho, seus aspectos positivos, no que tange o tornar-se homem na medida em que existe a apropriação da natureza e seus aspectos negativos quando se caracteriza o processo de estranhamento do trabalhador em meio à sociabilidade capitalista de produção. Essa apresentação é fundamental para compreender os processos formativos experienciados pelos integrantes da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande, em seu trabalho com o produto turístico da região, o Delta do Parnaíba.

4. A RELAÇÃO TURISMO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE CONDUTORES DE ECOTURISMO DE ILHA GRANDE DO PIAUÍ

Para dar corpo a minhas reflexões, no presente capítulo me aproprio da concepção Marxiana de educação, mesmo não tendo Marx contemplado essa categoria como ponto central de seus debates, o que analisamos enquanto processo formal em um aspecto institucionalizado de ensino. Farei ainda um breve levantamento do percurso da educação profissional no país de forma mais enfática as propostas de qualificação profissional vinculadas ao segmento do turismo. Essa compreensão se torna fundamental para que haja a possibilidade de relacionar a educação profissional e o lugar que ela ocupa na sociabilidade do Capital, em especial as experiências que são vivenciadas pelos trabalhadores que atuam no setor do Turismo de forma especial aos trabalhadores que tem no Polo Costa do Delta, no estado do Piauí o seu lócus de atuação.

4.1 A Educação e seu Caráter Dualista

A partir da constituição da hegemonia capitalista, baseada na acumulação de capital, cada vez mais os meios de produção foram se aprimorando para garantir maior produção de mercadorias na perspectiva de obter mais lucros. Assim, houve uma maior necessidade de assimilação dos conhecimentos acumulados pela humanidade e busca de mais informações para a produção de máquinas para o desenvolvimento da produção.

Nesse ponto, a educação enquanto parte do desenvolvimento da sociedade, se configura como objeto de reprodução do antagonismo entre as classes sociais, ao passo que ao se materializar na escola, a educação formal tem viés classista quando se tem uma valorização da contemplação teórica e política para aqueles da classe dominante, para os demais se estrutura um modelo de educação universal pautado na assimilação de conhecimentos básicos para leitura, escrita e contagem, que sirvam para a execução de atividade laboral, sem qualquer reflexão acerca das questões que permeiam a organização social. Sobre isso Saviani (2007, p.155) afirma que:

Ora, essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho.

Assim como o trabalho, a educação segundo Saviani (2007) pode ser considerada como uma especificidade exclusiva dos homens. Dessa forma é fundamental para a compreensão das atuais práticas educativas instituídas uma imersão nos processos desenvolvidos no decorrer do percurso humano na história, percebendo as continuidades e rupturas presentes no desenrolar no ato de educar. Início a reflexão sobre o tema destacando que esse movimento tem sua gênese com o entrelaçamento dessas duas categorias à medida que os homens produziam sua existência na prática e que a partir disso se educavam e transmitiam seus

conhecimentos as gerações posteriores, uma vez que a experiência era o cerne desse processo de aprendizagem. Saviani (2007, p.154) nos apresenta essa realidade

Não havia a divisão em classes. Tudo era feito em comum. Na unidade aglutinadora da tribo dava-se a apropriação coletiva da terra, constituindo a propriedade tribal na qual os homens produziam sua existência em comum e se educavam nesse mesmo processo. Nessas condições, a educação identificava-se com a vida. A expressão “educação é vida”, e não preparação para a vida, rei- vindicada muitos séculos mais tarde, já na nossa época, era, nessas origens remotas, verdade prática.

Nesta retrospectiva histórica acerca do processo de desenvolvimento da educação registro um marco para a instituição das diretrizes que a regimentaria: a divisão social do trabalho, e a partir desse ponto a propriedade privada que passou a dividir os homens em classes. Aparecem com essa situação duas classes sociais: proprietários e não proprietários que em diferentes períodos transmutavam suas características, porém, continuavam sob o signo da exploração. A partir dessa organização, a educação passa a ser também dividida. O modo de produção escravista inaugura essa formatação a educação voltada aos homens livres e a educação voltada aos escravos e serviçais. Uma centrada no desenvolvimento intelectual e a outra pautada no processo de trabalho.

A primeira modalidade de educação deu origem à escola. A palavra escola deriva do grego e significa, etimologicamente, o lugar do ócio, tempo livre. Era, pois, o lugar para onde iam os que dispunham de tempo livre. Desenvolveu-se, a partir daí, uma forma específica de educação, em contraposição àquela inerente ao processo produtivo. Pela sua especificidade, essa nova forma de educação passou a ser identificada com a educação propriamente dita, perpetrando-se a separação entre educação e trabalho. (SAVIANI, 2007, p.155)

A partir dessa organização sistemática da educação em um espaço exclusivo para esse fim, é forjada a institucionalização do processo educativo, no momento da fundação da escola¹⁷, fundamentado na divisão social do trabalho e da divisão dos homens em classes. A educação que tinha como característica a espontaneidade presente no ato de “fazer-se” homem assume um papel de ser exclusividade das classes dominantes. Essa situação, por exemplo, era encontrada na Antiguidade Clássica grega que se desenvolveu como “paidéia, enquanto

¹⁷ O termo escola originada do grego significa, etimologicamente, o lugar do ócio.

educação dos homens livres, em oposição à *duléia*, que implicava a educação dos escravos, fora da escola, no próprio processo de trabalho.” (SAVIANI, 2007, p. 156)

Ao se estruturar através da escola, a educação passa a ser sinônimo da instituição que a abriga, causando a separação entre trabalho e educação, pois nos primeiros modelos de escola destinadas ao ensino dos conhecimentos acumulados pela sociedade aos membros da classe dominante se tinha a intenção de formar dirigentes, filósofos e demais pensadores que usufruíam tempo livre para o ócio.

Saviani (2007) também afirma que assim como o trabalho a educação faz parte da essência do homem, que não se limita somente as relações com a natureza, mas se relaciona com os demais indivíduos na vivência em sociedade no sentido de realizar sua intervenção na adequação do meio para satisfação de suas necessidades. O ser humano tem a capacidade de sistematizar os conhecimentos e socializar com os demais, na perspectiva de aprimorar as relações com os outros homens e se apropriar cada vez mais da natureza.

É importante salientar que a educação faz parte do processo de produção material, no entanto também se configura como parte da produção imaterial, no campo das abstrações em torno da análise da realidade. É através da educação que o homem exerce sua práxis na relação com os outros homens, a atividade que consiste na socialização das ideias hegemônicas, bem como, na possibilidade de problematização da realidade.

A ordem Feudal trouxe em sua configuração a ampliação e consolidação da influencia católica na organização social e a educação como peça fundamental não ficaria de fora desse domínio. Nesse momento há uma distinção da organização escolar grega uma vez que o processo educacional era destinado e exclusivo aos membros do Clero que nos mosteiros desenvolviam suas atividades. Esses dois momentos históricos foram decisivos para a separação entre a relação de trabalho e educação que com o despontar do modo de produção capitalista ganha novas ferramentas para se desenvolver, contudo, o seu principal aspecto é a organização escolar dissociada da instrução para o trabalho.

Essa separação entre escola e produção reflete, por sua vez, a divisão que se foi processando ao longo da história entre trabalho manual trabalho intelectual. Por esse ângulo, vê-se que a separação entre escola e produção não coincide exatamente com a separação entre trabalho e educação. Seria, portanto, mais preciso considerar que, após o surgimento da escola, a relação entre trabalho e educação também assume uma dupla identidade. De um lado, continuamos a ter, no caso do trabalho manual,

uma educação que se realizava concomitantemente ao próprio processo de trabalho. De outro lado, passamos a ter a educação de tipo escolar destinada à educação para o trabalho intelectual. (SAVIANI, 2007, p.157)

As definições dos rumos que a educação seguiria ficam mais explícitas com a Revolução Industrial. Com a emergente obrigação de suprir as necessidades da maquinaria o trabalho humano se torna mais simplificado, uma vez que, nessa nova organização do trabalho a necessidade de qualificação é mínima. A intelectualidade presente, por exemplo, nas atividades artesanais não será estimulada por esse novo sistema que necessita de mão de obra que consiga operar máquinas e extrair delas resultados. “Portanto, à Revolução Industrial correspondeu uma Revolução Educacional: aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo; esta erigiu a escola em forma principal e dominante de educação”. (SAVIANI, 2007, p. 157)

Saviani (2007) também afirma que assim como o trabalho a educação faz parte da essência do homem, que não se limita somente as relações com a natureza, mas se relaciona com os demais indivíduos na vivência em sociedade no sentido de realizar sua intervenção na adequação do meio para satisfação de suas necessidades. O ser humano tem a capacidade de sistematizar os conhecimentos e socializar com os demais, na perspectiva de aprimorar as relações com os outros homens e se apropriar cada vez mais da natureza.

Assim ao mesmo tempo a organização escolar se volta a formação de uma qualificação em nível geral para atender a demanda das fábricas e também deveria formar homens que pudessem desenvolver novas tecnologias e executar tarefas mais complexas como a manutenção do maquinário. Desse modo, Saviani (2007) mostra que o sistema educacional possuía duas vertentes: uma que é voltada para o ensino geral e outra para o ensino profissional. Essa dicotomia entre o objetivo e o público do ensino resultou na definição de escolas para a formação de trabalhadores e escolas para a formação de dirigentes.

Nesse ponto, a educação enquanto parte do desenvolvimento da sociedade, se configura como objeto de reprodução do antagonismo entre as classes sociais, ao passo que ao se materializar na escola, a educação formal tem viés classista quando se tem uma valorização da contemplação teórica e política para aqueles da classe dominante, para os demais se estrutura um modelo de educação universal

pautado na assimilação de conhecimentos básicos para leitura, escrita e contagem, que sirvam para a execução de atividade laboral, sem qualquer reflexão acerca das questões que permeiam a organização social. Sobre isso Saviani (2007, p. 155) afirma que:

Ora, essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho.

Ao se estruturar através da escola, a educação passa a ser sinônimo da instituição que a abriga, causando a separação entre trabalho e educação, pois nos primeiros modelos de escola destinadas ao ensino dos conhecimentos acumulados pela sociedade aos membros da classe dominante se tinha a intenção de formar dirigentes, filósofos e demais pensadores que usufruíam tempo livre para o ócio. Assim, são idealizadas instituições destinadas a educação dos trabalhadores com foco na capacitação para a execução das atividades laborais. Dessa forma, com a disseminação da maquinaria eram necessários trabalhadores com conhecimentos específicos e com uma formação geral mínima.

A referida separação teve uma dupla manifestação: a proposta dualista de escolas profissionais para os trabalhadores e “escolas de ciências e humanidades” para os futuros dirigentes; e a proposta de escola única diferenciada, que efetuava internamente a distribuição dos educandos segundo as funções sociais para as quais se os destinavam em consonância com as características que geralmente decorriam de sua origem social. (SAVIANI, 2007, p. 159)

Essa compreensão se torna necessária para que seja possível compreender a atual política educacional mundial, em consequência a do Brasil, que me deterei em expor de forma mais pormenorizada. Desse modo, traçarei um percurso da educação profissional no Brasil desde o período colonial até os dias atuais observando o seu dualismo organizacional e as formas como a educação profissional foi percebida/executada.

4.2 Percurso Histórico da Educação Profissional no Brasil

No período Colonial brasileiro, que segundo a historiografia vai de 1530 com o início do processo colonizador e se estende até 1822 com a “Independência do Brasil” estava sustentado no sistema de *plantation* onde a produção era voltada ao mercado externo e que tinham como base a exploração de mão de obra escrava e para a manutenção da condição desses homens e mulheres era necessário afastá-los de quaisquer possibilidades de acesso à educação, os escravos executavam atividades elementares e aprendiam cotidianamente com a execução das tarefas suas atribuições. Enquanto isso, os filhos dos colonizadores desfrutavam de uma educação de caráter humanístico.

Para suprir necessidade de mão de obra no país, uma vez que os trabalhos manuais eram considerados indignos pelas classes brancas abastadas, a prática da aprendizagem compulsória foi instituída, tendo como alvo crianças e jovens excluídas socialmente, o alvo dessa prática eram os órfãos e os garotos de rua. O ensino de ofícios era destinado a capacitação de mão de obra para atuarem nas atividades artesanais e manufatureiras. Os espaços destinados a esse ensino eram os arsenais militares. Com o foco na industrialização, posteriormente as atividades eram desenvolvidas nos complexos industriais, as intituladas Escolas de Fábrica.

Enquanto na educação artesanal a finalidade, ao menos tendencial, é que o aprendiz possa vir a ser um mestre de ofício, que abra sua própria oficina, na educação industrial a finalidade é um posto bem delimitado numa divisão complexa de trabalho, como trabalhador assalariado. A educação manufatureira, por sua vez, ocupa uma posição intermediária entre as duas outras, sem um caráter distintivo em termos pedagógicos. (CUNHA, 2000 a, p.3)

Para a manutenção desse sistema econômico agroexportador, havia uma resistência da Coroa Portuguesa em permitir que houvesse na Colônia o desenvolvimento de forças que culminassem no processo industrial. Por esse motivo, a aprendizagem profissional no Brasil é retomada apenas com a chegada de D. João VI ao Brasil, que incentiva a industrialização no país. Para suprir a necessidade de trabalhadores qualificados para atuarem nesse setor, os processos

de aprendizagem profissional ganham força e espaço dentro das políticas públicas.¹⁸ Como aponta Cunha (2000b, p.59)

Iniciou-se o processo de formação do Estado nacional gerando, em seu bojo, o aparelho educacional escolar, que persistiu durante um século e meio, basicamente com a mesma estrutura.

Para Romanelli (2001) a vinda e instalação da família real no Brasil tornou necessária uma modificação na organização da cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de atender as demandas europeias. Por esse motivo, museus, bibliotecas e cursos superiores foram criados, contudo, esses eram voltados para a formação da elite nobre e aristocrática que compunha a corte que só reforça o foco na educação aristocrática que eram as principais beneficiárias dessas medidas.

Percebo com essas inferências, que a educação profissional na sociedade colonial era essencialmente destinada aos indivíduos menos favorecidos social e economicamente, vislumbrando o engajamento dos mesmos nas atividades produtivas, vistas como inferiores devido o preconceito contra o trabalho físico e manual.

Esse período de transformação que vai da chegada da família real e culmina na Proclamação da Independência inviabilizou as corporações de ofício¹⁹ ao mesmo tempo são implantadas as diretrizes para as novas instituições formadoras de artífices. Podemos destacar a Casa da Pia na Bahia que preparava os órfãos acolhidos em ofícios manufatureiros. Também voltado a esse setor no Rio de Janeiro, foi criado o Colégio das Fábricas. Os ofícios necessários aos trabalhadores da imprensa eram realizados na Imprensa Régia tendo sua regulamentação em 1811. A Academia de Belas-Artes que tinha como objetivo reunir artistas e artífices que executassem as artes mecânicas. Contudo, a academia foi se especializando exclusivamente na formação de artistas, os “aristocratas do talento”, deixando para outras instancias a formação dos artífices.

¹⁸ Para maiores informações sobre esse período, indico a obra Lopes, *et al* (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

¹⁹ Cunha (2000) nos mostra que as corporações de ofício, existentes ao tempo da Independência, foram extintas pela Constituição de 1824, do então Império do Brasil. Esse dispositivo de Carta outorgada veio reconhecer e sancionar a decadência da organização corporativa de ofício, determinada por vários fatores: a estreiteza do mercado interno, as limitações da economia colonial, os desincentivos resultantes do trabalho escravo e as restrições da ideologia econômica liberal.

Com o Império, foram implementadas diversas iniciativas das associações civis e do Estado voltadas a educação profissional como em estabelecimentos militares, entidades de filantropia, Liceus de Artes e Ofícios e a escola industrial, Cunha (2000) aponta que a formação compulsória para os ofícios se consolida com a Criação das Casas de Educandos Artífices, instalados em dez províncias. Os Liceus também foram instituídos em diversas províncias. Fonseca (1962, p.263) nos mostra que

Ofícios e artes passariam a constituir uma combinação ideal para a preparação do pessoal destinado à indústria, e o ensino de desenho assumiria caráter de grande importância e tornar-se-ia indispensável, daí por diante, no currículo de todas as escolas onde se ensinasse profissões manuais.

Santos (2003) destaca que os Liceus de Artes e Ofícios eram instituições não atreladas ao estado apesar de utilizar esses recursos para a manutenção de suas atividades. O Liceu do Rio de Janeiro foi primeiro a ser inaugurado e era voltado para fins beneficentes com a formação dada a cegos, abandonados, órfãos e pobres. Assim Cunha (2000b) nos mostra que as elites do Brasil Império se conformaram com a educação do povo, de forma primordial pelo ensino profissional, pois seria um meio para prevenção de quaisquer iniciativas de contestação da ordem vigente bem como para a formação de força de trabalho para a nascente produção industrial. Para Cunha (2000b, p.4)

As iniciativas voltadas para o ensino de ofícios, tanto as do Estado quanto as de entidades privadas, eram legitimadas por ideologias que proclamavam ser a generalização desse tipo de ensino para trabalhadores livres condição de: a) imprimir neles a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de idéias contrárias à ordem política, que estava sendo contestada na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira.

Assim, percebemos que a durante o período imperial, o ensino profissional continuou em um processo de desvalorização; apesar disso, houve uma ampliação da oferta com a implantação de entidades que tinham esse fim e da capacitação compulsória, mesmo que de caráter assistencialista, voltada as classes mais pobres. O ritmo acelerado da industrialização concentrava os trabalhadores e ampliava a formação das massas proletárias; de fato, o movimento proletário se organiza e aos poucos surge uma nova classe organizada para a defesa de seus interesses e à

satisfação de suas reivindicações se colocando de frente às contradições apresentadas pela Revolução Industrial no campo das relações entre capital e trabalho.

Com o Período Republicano a ideologia que permeava um novo projeto para o país era ancorado na industrialização, que traria ao país desenvolvimento e emancipação econômica. Para tanto a prosperidade gerada pelos lucros dos altos lucros do complexo exportador cafeeiro, contribuiu substantivamente na medida em que engendrou o capital-dinheiro disponível para a transformação em capital industrial. No campo da educação, nos primeiros anos da República, as conquistas foram mínimas. Nosella (2003) nos mostra que durante esse período a principal política educacional era a democratização do ensino primário, tanto que universalizou a ideia de uma rede de ensino primário, público, gratuito e laico.

Apesar dessa tentativa, a falta de escolas e de professores espelhava na pequena quantidade de indivíduos assistidas por essa iniciativa, a elite, acumuladora de capital, que controlava e patrocinava a nação para que a mesma se enquadrasse no sistema capitalista global, na incorporação dos valores e do modo de vidas burguês e liberal. Enquanto isso a maioria esmagadora da população permanecia analfabeta, sem participação política, vivendo em condições precárias, vendendo sua força de trabalho pouco qualificada as indústrias. A função social da escola do período republicano se limitou a fornecer aos elementos componentes da elite uma formação para a ocupação dos quadros políticos e da administração pública.

Contudo, a intensificação do processo urbanizador propiciado pela crescente industrialização fez nascer uma demanda por maior qualificação para suprir a necessidade de mão de obra. Durante a primeira República diversas medidas foram tomadas, porém não atingiram os resultados esperados seja para atender a demanda da sociedade por educação ou para a formação dos recursos humanos necessários para a nova organização econômica.

Oliveira (2003) nos mostra que esse período marcado pelo ideário positivista, pelo desenvolvimento industrial e pelo acirramento dos movimentos anarcossindicais. Nesse contexto em 1909, o então presidente da República Nilo Peçanha, criou em 19 estados, as Escolas de Aprendizes e Artífices, através do

Decreto 7.566²⁰, de 23/09/1909 que tinha como objetivo “Art. 1º Em cada um das capitais dos Estados da República o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, uma Escola de Aprendizes Artífices destinada ao ensino profissional primário gratuito.” (BRASIL, 1909)

O objetivo do governo federal era formar operários e contramestres, proporcionando um ensino de cunho prático com a difusão de conhecimentos técnicos, necessários para o processo de formação de um ofício. Devido essa proposta de formação, as Escolas de Aprendizes e Artífices tinha uma finalidade utilitária. Os mestres ensinavam um ofício aos aprendizes, cuja finalidade estava diretamente ligada à demanda da sociedade. Além disso, o ensino oferecido nessas escolas eram estreitamente ligados a uma perspectiva prática e ideológica obedecendo e reproduzindo a ordem social vigente e os interesses políticos.

De acordo com esse Decreto, o público atendido nessas escolas deveria ter entre dez e treze anos, não sofrer de moléstia infectocontagiosa, nem ter defeitos que impossibilitasse para o aprendizado de ofício. Deveria haver em cada Escola de Aprendizes e Artífices cursos primários obrigatórios para aqueles que não soubessem ler, escrever e contar, e cursos de desenho, obrigatórios para os alunos que necessitassem dessa disciplina para o exercício do ofício. (BRASIL, 1909).

A sistematização da educação profissional era percebida pelas correntes hegemônicas - a saber, liberalismo e positivismo - do período republicano como uma pedagogia voltada a prevenção e a correção das crianças e jovens. Cunha (2000b, p.24) descreve que essas políticas tinham como objetivo preparar esses grupos para o trabalho de modo a evitar que fossem “seduzidos pelo pecado, pelos vícios, pelos crimes e pela subversão político-ideológica”.

Apesar dos investimentos os esforços lançados sobre esta área não foram bem sucedidos, Santos (2003) nos mostra que as Escolas de Aprendizes e Artífices, apesar de amparadas por meios legais, não possuíam uma infraestrutura básica que permitisse o seu desenvolvimento. Uma vez que elas eram instaladas em edifícios inadequados e com oficinas em estado precário. Além dessa carência, a falta de mestres de ofício e de professores qualificados foram fatores fundamentais para a baixa eficiência apresentada.

²⁰ Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em março de 2014, às 19h.

Dessa forma, mesmo com a continuidade das práticas iniciadas de forma rudimentar, nos períodos anteriores existem algumas transformações importantes que possibilitaram sua expansão. A principal delas foi a descentralização advinda do federalismo que dava as esferas estaduais a autonomia para estruturas suas próprias escolas que em somatória as iniciativas federais ampliaram e modificaram o mapa da educação profissional no Brasil.

Nessa retrospectiva histórica acerca da organização de uma rede de ensino profissional podemos citar a última década da primeira república como um marco para essa organização, uma vez que desse momento emerge uma preocupação em reestruturar os padrões de ensino e da cultura escolar em seus diferentes níveis e modalidades. Nesse conjunto de mudanças à educação profissional foi reforçado o entendimento de formação das classes menos favorecidas.

A partir da década de 1930 e nos anos que se seguiram com os reflexos das transformações no setor industrial e as altas taxas de crescimento se percebe uma maior preocupação governamental para possibilitar o desenvolvimento da atividade, em virtude desse cenário houve uma mudança na estrutura do Estado, que a luz dessa proposta lança novas estratégias para capacitar sua mão de obra. Nesse sentido, Santos (2003) nos mostra que é criado o Ministério da Educação e Saúde em 1930 para promover essas alterações bem como a Inspeção do Ensino Profissional e Técnico.

Ainda nesse contexto de transformações houve a aprovação da Lei Orgânica do Ensino – a Reforma Capanema²¹ – separando o ensino industrial do ensino secundário, transformando as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais. Deixando clara a dualidade do ensino brasileiro, onde os intelectuais seriam oriundos do ensino secundário e os trabalhadores dos cursos profissionais.

²¹ Nome da reforma do sistema educacional brasileiro realizada durante a Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema. Essa reforma, de 1942, foi marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”. De todas as áreas do plano educacional, a educação secundária seria aquela em que o ministério Capanema deixaria sua marca mais profunda e duradoura. Segundo os autores de *Tempos de Capanema*, o sistema educacional proposto pelo ministro correspondia à divisão econômico-social do trabalho. Assim, a educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande “exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação”.

Kuenzer (2007) aponta que os cursos profissionalizantes tinham como público alvo aqueles que não fossem seguir uma carreira universitária e que essa segregação abria margem para a formação de mão de obra voltada a execução de atividades mecanizadas, do aprender a fazer, e que de forma geral essa instrução era voltada a jovens menos favorecidos social e economicamente, uma vez que as classes dominantes tinham como formação básica as ciências que os habilitaria a compor os quadros do ensino superior.

Com as Reformas Capanema de 1942 e 1943 a Educação Profissional foi contemplada e desse movimento houve a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – que segundo aponta o Decreto–Lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942²² teria como competência, como demonstra seu Art. 2º “Compete ao Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários.” (BRASIL, 1942)

Ainda buscando qualificar mão de obra para suprir as necessidades da indústria, o Decreto-lei 4.984 de 21 de novembro de 1942²³, regulamentou a criação de sistemas de escolas de aprendizes que teriam a seguinte organização,

Art. 1º Cada estabelecimento industrial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que disponha de organização permanente, com mais de cem empregados, deverá, a partir de 1943, manter, por conta de seu próprio orçamento, uma escala ou um sistema de escolas de aprendizagem, destinada à formação profissional de seus aprendizes e ao ensino de continuação e de aperfeiçoamento e especialização de seus demais trabalhadores. (BRASIL, 1942)

Essa iniciativa deixava a cargo das indústrias a qualificação de seus quadros de funcionários, desde que os cursos fossem promovidos com recursos da própria empresa, e que seguissem as diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica de Ensino. Se fosse de interesse da empresa ela ainda poderia se vincular ao SENAI para materializar a oferta de ensino. Devemos destacar que todas essas propostas

²² Decreto lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942 disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14048.htm. Acesso em março de 2014.

²³ Decreto-lei 4.984 de 21 de novembro de 1942 disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4984-21-novembro-1942-415010-publicacaoriginal-1-pe.html>. Acesso em março de 2014.

voltadas sistematização da Educação Profissional são relevantes para sua organização. Contudo, segundo Saviani (2007) o caráter dualista que é resultado dessa organização reforça o aspecto corporativo que vincula cada ramo a um tipo específico de ensino as profissões.

Posteriormente com a implantação do Decreto Lei 8.622 de 10 de janeiro de 1946²⁴ ainda temos a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC – que tem entre suas finalidades

Art. 1º Fica atribuído à Confederação Nacional do Comércio o encargo de organizar e administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial.

Parágrafo único. As escolas de aprendizagem comercial manterão também cursos de continuação ou práticos e de especialização para os empregados adultos do comércio, não sujeitos à aprendizagem.

Art. 2º A Confederação Nacional do Comércio, para o fim de que trata o artigo anterior, criará, e organizará o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). (BRASIL, 1946)

Com a queda do Estado Novo práticas vinculadas a Lei Orgânica de Educação iniciam um processo de transformação, principalmente no que diz respeito à conotação dada os sistemas de ensino propedêutico e ao profissional. As leis de equivalência (Lei 1.067/1950 e 1.821/1053) possibilitaram o ingresso de alunos concluintes de ciclos industriais, comerciais e agrícolas a ingressarem nos cursos científicos complementando algumas disciplinas exigidas.

Ao assumir a presidência em 1955, Juscelino Kubitschek impulsiona o setor industrial do país, nesse momento a ideologia desenvolvimentista possibilitou a entrada de empresas estrangeiras no Brasil, com a adoção de uma organização fordista/taylorista que Antunes (2003) define como

A forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidam-se ao longo de século XX, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronometro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação e pela elaboração e execução do processo de trabalho; pela experiência das unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário massa, do trabalhador coletivo fabril entre outras dimensões. (Antunes, 2003, p.25)

²⁴ Decreto Lei 8.622 de 10 de janeiro de 1946 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De18622.htm. Acesso em março de 2014.

Como resultado nesse novo momento da economia brasileira a educação profissional passou a ser uma peça importante para o Estado que passou a tratá-la como prioridade. Nesse contexto, através de Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959²⁵ foram criadas as Escolas Técnicas Federais para assumir o processo de formação da mão de obra para atender a indústria. Com a regulamentação dessa proposta houve uma mudança na organização do ensino profissional por ramos e foi unificado o ensino técnico em todo país.

Nessa proposta é possível perceber as características de um ensino fragmentado atrelado a uma prática pedagógica tecnicista e conservadora. Outro marco importante para a organização do sistema de educação nacional foi à promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional²⁶. Todas essas modificações são reflexos da postura desenvolvimentista adotadas pelo Brasil que tem na Teoria do Capital Humano²⁷ sua principal inspiração, como nos mostra Frigotto (1993).

No âmbito propriamente educacional e pedagógico, a teoria do capital humano vai ligar-se à toda a perspectiva tecnicista que se encontra em pleno desenvolvimento na década de 50. Nesse aspecto há um duplo reforço. A visão do capital humano vai reforçar toda a perspectiva da necessidade de redimir o sistema educacional de sua “ineficiência” e, por sua vez, a perspectiva tecnicista oferece a metodologia ou a tecnologia adequada para constituir o processo educacional como um investimento – a educação geradora de um novo tipo de capital – o “capital humano”. A educação para essa visão se reduz a um fator de produção. (FRIGOTTO, 1993, p. 121)

A Teoria do Capital Humano adotada pelo Estado desenvolvimentista nas décadas de 1960/1970, atrelada de forma direta e imediata com a lógica do liberalismo econômico defende a livre concorrência do mercado e potencializa o individualismo presente na ação de se qualificar profissionalmente. A lógica “mais produção, maiores salários” associado a qualificação profissional, entendida como

²⁵ Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm Acesso em abril de 2014.

²⁶ A saber, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

²⁷ Theodore W. Schultz, professor do departamento de economia da Universidade de Chicago à época, é considerado o principal formulador dessa disciplina e da ideia de capital humano. Esta disciplina específica surgiu da preocupação em explicar os ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano” na produção. A conclusão de tais esforços redundou na concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital. Aplicada ao campo educacional, a ideia de capital humano gerou toda uma concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação, o que acabou por mistificar seus reais objetivos.

auto-investimento e movida exclusivamente por interesses individuais compõem a base das noções de desenvolvimento.

Dessa forma, o trabalhador é submetido a condição de reprodutor, não só dentro do processo produtivo como também do sistema vigente, onde passa a ser responsabilizado de seu lugar na sociedade, fazendo com que ele compreenda que tanto sua condição de desemprego ou de seus baixos salários tem relação direta e exclusiva com o seu interesse em buscar qualificação. Podemos perceber essa mentalidade entre os guias da ILHAECOTUR quando afirmam que,

Em 2006, o SEBRAE vinha fazendo os cursos com outro pessoal, era com um grupo de jovens que usavam um nome que eu não lembro. Aí o SEBRAE oferecia cursos, fazia intercambio para conhecer outros grupos em outras cidades e pra esse mesmo grupo eles ofereceram os cursos sobre turismo para os que já estavam fazendo parte desse grupo. Os cursos davam uma base do que era uma associação, uma cooperativa e depois disso motivou muita gente a trabalhar na área porque a gente estava se capacitando pra isso, e sem o SEBRAE ajudar não daria certo e a gente não teria como estar trabalhando com Turismo. (TITO, 2014)

Durante o período militar brasileiro, que se estende de 1964 a 1988 houveram transformações importantes no processo de organização da educação. No ano de 1971 uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi aprovada e trouxe consigo mudanças consideráveis, se comparada a LDB de 1961. Esse documento estabeleceu a obrigatoriedade do ensino profissional em nível secundário, instaurando a profissionalização compulsória. Entre essas modificações a LBD 5.692/71 encontramos a criação de uma escola única de 1º e 2º graus, voltada tanto para a educação básica quanto para a formação para o trabalho. Como nos mostra Canali (2009, p.13)

Ao Ensino de 1º Grau cabia a formação geral, a sondagem vocacional e a iniciação para o trabalho; enquanto que o ensino de 2º grau passa a constituir-se, indiscriminadamente, de um nível de ensino cujo objetivo primordial é a habilitação profissional. Além desse aspecto, percebe-se a preocupação com a integração que deu origem à escola única fundamentada em dois princípios: o da **continuidade** e da **terminalidade**. A **continuidade** seria proporcionada por um conteúdo curricular que parte de uma base de educação geral ampla, nas primeiras séries do 1º grau em direção à formação especial e às habilitações profissionais no 2º grau. A **terminalidade** seria proporcionada pela possibilidade de cada nível ser terminal, isto é, facultar uma formação que capacitasse o educando para o exercício de uma atividade. Logo, concluído o 1º grau, o jovem já estaria em condições de ingressar no mundo do trabalho como resultado da iniciação para o mesmo, oferecido nas séries finais do 1º grau. Em nível de 2º grau, a **terminalidade** diz respeito à habilitação profissional de grau médio que proporciona as condições essenciais de formação capaz de assegurar o

exercício de uma profissão, ainda que o estudante pretendesse prosseguir para o nível superior. *Grifo do autor*

Essa opção ancorada a um projeto de desenvolvimento econômico que tem na industrialização crescente sua principal vertente necessitava de trabalhadores qualificados para suprir as demandas da indústria. A solução encontrada para atender a essa demanda foi a via da formação técnica profissionalizante em nível de 2º grau, que teria como objetivo inserir no mercado esses jovens. Oliveira (2003) nos mostra que outro objetivo desse projeto era conter o acesso as cadeiras dos cursos superiores no país.

Essa proposta não logrou êxito, uma dos principais motivos para gerar essa situação foi o fato do ensino nesses moldes se limitar ao setor público, no setor privado o ensino propedêutico era mantido com a finalidade de dar a possibilidade a seus alunos de elite o acesso ao ensino superior. Além disso, não houve uma ampla sistematização as redes de ensino estaduais devido a falta de recursos humanos e materiais.

Nesse movimento nem o ensino propedêutico, nem o ensino profissional foram bem desenvolvidos. O que pode ser detectado foi uma diminuição da carga horária de disciplinas voltadas às ciências e uma deficitária formação profissional uma vez que os conteúdos eram simplificados. Por esses motivos, a profissionalização compulsória foi extinta a partir da promulgação da Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982²⁸.

A exceção a essa realidade foi a valorização acentuada da mão-de-obra qualificada proveniente das Escolas Técnicas Federais que era facilmente inseridas no mercado de trabalho²⁹ como nos mostra Santos (2003, p.220)

Ao contrário do fracasso registrado no ensino profissionalizante de segundo grau, as Escolas Técnicas Federais gozavam de grande prestígio junto ao empresariado. De escolas antes destinadas aos desvalidos e aos desprovidos de fortuna no tempo em que eram Escolas de Aprendizes e Artífices, essas instituições se converteram em Escolas Técnicas, nas quais a grande parcela dos técnicos por elas formados, no contexto dos anos 60 e

²⁸ Lei nº 7.044 de 18 de outubro 1982 disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm. Acesso em abril de 2014.

²⁹ Esse quadro de valorização dos profissionais oriundos das Escolas Técnicas Federais pode ser percebido entre a década de 1960 e 1970. A partir da década de 1980, com a recessão do período houve uma saturação na contratação desses profissionais.

70, eram recrutados, quase que sem restrições, pelas grandes empresas privadas ou estatais.

A partir desse levantamento é possível apontar que o processo da educação profissional apresenta características semelhantes às percebidas no período Imperial, pois existe um beneficiamento do ensino secundário e superior, destinado à formação das elites, em detrimento da educação voltada as camadas menos favorecidas, ensino primário e profissional. As mudanças sociais e principalmente econômicas abrem a margem para a ampliação do debate acerca da educação profissional e das reformas educacionais.

O processo de redemocratização do país em 1985 abre a possibilidade para o debate referente aos caminhos traçados pela educação no Brasil. Nesse momento a temática da educação profissional entra novamente em pauta. Com a promulgação em 1996 com a Lei³⁰ de Diretrizes e Bases da Educação Nacional destacamos o fato educação profissional ocupar um capítulo específico dentro do texto, sendo apresentado no Art. 39³¹ da Lei, que teria sua redação posteriormente alterada pela Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008 onde aponta (BRASIL, 2008)

Art. 39 A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (BRASIL, 2008)

Essa inserção acaba gerando a necessidade de sua implantação que ocorreria por meio do Decreto 2.208, de 17 abril de 1997³² revogado posteriormente pelo Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004³³ que para regulamentar os artigo 36 e dos artigos 39 a 41 da LBD que em seu artigo 1º aponta que será a educação

³⁰ A saber, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

³¹ A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

³² Decreto disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm

³³ Decreto disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm

profissional será desenvolvida por meio de (BRASIL, 2004) “I - formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; e III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.”

A partir dessas regulamentações percebemos que a educação profissional segue as contradições históricas presentes na luta de classes, onde existe a distinção entre ensino propedêutico e profissional e para superar essa dicotomia é necessária a consciência que o problema está para além da escola e de sua forma de organização. Nesse ponto concordo com Kuenzer (2007, p.34) quando ela afirma que

A dualidade estrutural tem suas raízes na forma de organização da sociedade, que expressa as relações entre capital e trabalho; pretender resolvê-la na escola, através de uma nova concepção, ou é ingenuidade ou é má fé.

Tendo apresentado o processo de organização da educação profissional no Brasil me deterei de forma mais específica às propostas apresentadas para a capacitação de mão-de-obra para ocupar os postos de trabalho do setor turístico no país. Tal análise se faz necessária para compreendermos como os associados da ILHAECOTUR estão inseridos na lógica de capacitação e submissão ao mercado de trabalho.

4.3 A Relação da ILHAECOTUR com as Propostas de Qualificação Profissional

A partir do exposto anteriormente o turismo, face aos crescentes benefícios econômicos, ocupa o status de segmento destaque dentro da economia capitalista. Para compreendermos os processos de qualificação profissional presentes no setor do Turismo devemos apresentar às diretrizes da OMT (1995) voltadas a qualificação dos trabalhadores do setor. Entre elas há uma indicação de seus princípios que são:

o cruzamento das necessidades de mercado e as ofertas dos cursos; treinamento *just in time*³⁴; definição de parâmetros de qualidade.

³⁴ É um sistema de administração da produção que determina que nada deve ser produzido, transportado ou comprado antes da hora certa. O termo *just in time* é em inglês, e significa na hora certa.

Ainda dentro dessas indicações, a OMT apresenta as diferenças entre educação e treinamento, Catramby e Costa (2004, p.31) nos mostram que,

A educação pode ser definida como um processo que dá ao indivíduo um conjunto de princípios, não aplicações detalhadas. Ela deve fornecer ao estudante um conjunto de ferramentas para interpretação, avaliação e análise de um novo conhecimento ao desenvolver suas capacidades críticas. A educação para o turismo olha além de um setor individual e tenta oferecer mais uma perspectiva geral do que uma abordagem específica de um setor. O conceito-chave é a provisão de transferência de habilidades básicas, tais como a habilidade analítica, a habilidade de comunicação escrita e verbal e a liderança, que deveriam ser desenvolvidas pela educação e aplicadas pelo indivíduo, em diferentes contextos.

Percebo nessa fala a importância dada aos processos formativos, contudo essa preocupação é expressa para que sejam formados profissionais com habilidades que possibilitem um bom desempenho de suas atividades. E apesar da complexidade do Turismo que envolve as relações humanas na atividade, pouco é visto no sentido de possibilitar a formação de um trabalhador reflexivo e crítico sobre a atividade que desenvolve e sobre suas condições dentro do sistema e do setor turístico. Vemos isso na fala de Adilson (2014)

Para os donos das empresas, quanto mais desorganizado a cooperativa tiver melhor. E aquela questão: Quanto mais qualificada a pessoa é ela tem como contrapor o valor de diária o valor de salário essas coisas. Porque se eu não sou qualificado eu não vou ter a percepção de quanto vale o meu trabalho a partir do momento que eu percebo: rapaz meu trabalho aqui é R\$35 mas na verdade ele vale no mínimo R\$70 entendeu, e aí vai.

Vemos a partir dessa fala, que o que está em questão nas políticas de qualificação é o treinamento definido pela OMT, descrito por Catramby e Costa (2004, p.31) como uma atividade muito mais específica que se concentra na “aplicação detalhada em nível mais baixo, frequentemente habilidades práticas. O treinamento, em geral, é específico de um setor e procura equipar o trainee com habilidades definidas e claras.”

Para direcionar os rumos da atividade no país, no ano de 2003 o Ministério do Turismo, através do então Ministro Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, instituiu o Plano Nacional de Turismo que apresentava os programas, diretrizes e metas para o quadriênio 2003-2007. Na apresentação é destacado que (BRASIL, 2003).

Devemos diversificar nossos mercados assim como os produtos e destinos que oferecemos. O governo federal, os governos estaduais e municipais,

instituições e associações de classe, universidades, empresários, trabalhadores, organizações não governamentais e todos os demais que *compõem o setor devem realizar um esforço para incrementar a qualidade e a competitividade do turismo brasileiro*, neste momento em que muitos outros países estão competindo para conquistar mercados turísticos. (PNT, 2003 p.8) Grifo nosso.

A qualidade é um fator importante para a consolidação do país como destino, cabe frisar que por ser uma atividade onde o contato humano é fator chave, essa qualificação é voltada a capacitação de mão de obra para atender as demandas do mercado, essa preocupação fica expressa logo na sequência do PNT. Nesse contexto foram criados cinco macro programas para direcionar o turismo e um deles se refere a normatização da atividade e a qualificação profissional entendendo que “por meio de programas de qualificação profissional, elevar a qualidade da oferta turística nacional, fator essencial para inserir o país competitivamente no mercado internacional”. (PNT, 2003 p.9)

Os cursos voltados ao setor do turismo são bastante diversificados e segundo o MEC (1999) apresentam a seguinte divisão;

Ensino superior: de acordo com a LDB - Lei de Diretrizes e Bases - são os cursos de graduação (formação de profissionais: Bacharelado e Tecnólogo), pós-graduação Strictu Sensu (Mestrado e Doutorado), Lato Sensu (especialização e aperfeiçoamento), extensão e seqüenciais;

Ensino livre: cursos e programas não regulares. Não requerem credenciamento oficial e são dirigidos às necessidades de formação, treinamento e aperfeiçoamento para o mercado, seguem as demandas e necessidades de mercado regional, apresentando planejamento diversificado e tipologia não padronizada;

Cursos técnicos: são os cursos profissionalizantes cuja oferta se encontra em escolas técnicas do antigo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, hoje Faculdade SENAC de Turismo e Hotelaria, entre outros, e são equivalentes ao ensino médio e pós médio completo.

Cursos seqüenciais: cursos oferecidos em instituições de ensino superior credenciados pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e que possuem cursos de graduação reconhecidos na área. Podem ser de duas maneiras: primeiramente de formação específica oferecem diplomas e devem ser reconhecidos; e os de complementação de estudos oferecem apenas certificado e não são considerados cursos de graduação.

No Brasil essa preocupação com a qualificação da mão de obra presente no principal documento que normatiza a atividade, a Lei Geral do Turismo³⁵ que apontar

³⁵ [Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.](#)

seus objetivos no Art 5º “XIX - promover a formação, o aperfeiçoamento, a qualificação e a capacitação de recursos humanos para a área do turismo, bem como a implementação de políticas que viabilizem a colocação profissional no mercado de trabalho.”

Atualmente a política de qualificação para o setor tem seu desenvolvimento no PRONATEC Copa³⁶ que tem como objetivo: capacitar trabalhadores para atender com qualidade e competência os visitantes e fortalecer a imagem do país como destino. Para alcançar esse objetivo são ofertados 54 cursos presenciais e gratuitos, ligados diretamente as atividades do receptivo turístico, com o intuito de qualificar quem já atua no setor e outros 21 cursos destinados aos trabalhadores que pretendem se inserir no setor.

Os cursos são ofertados de forma presencial, com carga horária mínima de 160 horas, e ainda oferecem assistência financeira aos estudantes. Os cursos são promovidos por SENAC, SENAI, Sesi, SESC e pelos Institutos Federais de Educação. O foco desse projeto são as 12 cidades sede³⁷ da Copa do Mundo. Contudo, outros municípios definidos segundo os seguintes critérios desenvolvidos pelo Ministério do Turismo são contemplados.

No estado do Piauí, apenas a cidade de Parnaíba³⁸ através do SENAC oferece os cursos, sendo os seguintes: Os cursos oferecidos são os seguintes: Camareira em meios de hospedagem; Mensageiro em meios de hospedagem; Organizador de eventos; Recepcionista de Eventos; Garçom; Auxiliar de cozinha; Inglês aplicado aos serviços turísticos; Inglês básico; Inglês intermediário e Espanhol.

As atividades são voltadas aos setores operacionais do turismo, levando em consideração as diretrizes anteriormente defendidas pela OMT com o objetivo de

³⁶ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC foi criado pelo Governo Federal do Brasil no dia 26 de Outubro de 2011 com a sanção da Lei nº 12.513/2011 pela Presidente Dilma Rousseff, com objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para alunos brasileiros. O programa é parte de uma estratégia de desenvolvimento, em escala nacional, que busca integrar a qualificação profissional de trabalhadores com a elevação da sua escolaridade, constituindo-se em um instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão e de promoção do exercício da cidadania.

Fonte: http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/Pronatec_turismo/o_pronatec. Acesso em 25 de fevereiro de 2014.

³⁷ Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Recife (PE) e Salvador (BA);

³⁸ A cidade de Parnaíba foi contemplada por ser um dos destinos apresentados no catálogo para os operadores de turismo estrangeiros com o objetivo de promover o Delta do Parnaíba para os turistas do exterior.

formar trabalhadores que com o treinamento alcancem habilidades mínimas para a atuação no setor, suprimindo a necessidade do empresariado que atua em diversos setores do turismo.

Essa realidade pode ser percebida entre os associados da ILHAECOTUR a medida que o tempo médio dos cursos era bastante reduzido e generalizado. Percebo essa inquietação na fala de Adilson (2014), que

Alguns cursos eram muitos fracos e tinham até que ser revistos porque os cursos que a gente fazia são os mesmos aplicados em outras regiões do Brasil, da mesma forma e com o mesmo material. Por um lado eu vejo uma perda de tempo porque a gente podia estar pautado em um estudo pras coisas locais. O curso que a gente fez é Nacional o curso de condutor que a gente fez podia ter mais coisas sobre o local que a gente mora porque se fosse só pelo conteúdo a gente podia ir na internet fazer uma leitura. Como era um curso reduzido a gente não aproveitava quase nada. Esse é o problema, o curso é curto e tem condutores que acham que basta fazer o curso que já estão prontos pra trabalhar, tem que ter conteúdos com a prática e isso não temos.

A percepção da ineficiência desses cursos, contudo, não é generalizada entre os associados. Atribuo a isso o fato do nosso entrevistado anterior - Adilson - ser Bacharel em Turismo e ter vivenciado em um lócus universitário um debate com maior abrangência a questões que norteiam os limites e possibilidades da sua atuação enquanto profissional do turismo³⁹. Ao comparamos sua fala com a dos demais associados, logo visualizaremos essa situação. Tito (2014) nos afirma que,

Os cursos eram teóricos e práticos. Eles eram feitos da sede da colônia de pesca, na câmara dos vereadores ou em alguma escola daqui. Ajudou em tudo, porque eles davam uma base do que era uma associação, uma cooperativa e depois disso motivou muita gente a trabalhar na área.

No caso de José (2014) a situação é ainda mais diferenciada. Ele nos diz que realiza os cursos, mas com o único objetivo de conquistar o certificado, pois, em sua percepção existem requisitos mais importantes que um processo educacional formal, no nosso caso, cursos de qualificação profissional. Segundo ele

³⁹ Em anexo está inserido o fluxograma do curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Piauí, onde nosso entrevistado conquistou sua graduação em nível superior.

Pra ser condutor o mais importante é conhecer o lugar, Porque você pode ter a teoria, mas se não conhecer bem o lugar não adianta de nada. As vezes tem pessoas que nunca fizeram um curso mas que conhecem tanto o lugar que fazem muito melhor que quem tem um monte de curso. É bom ter o curso, mas se você não conhece o lugar você fica perdido.

Vemos no entrelaçamento dessas falas como os cursos de qualificação apesar de ministrados de forma linear e objetiva são recebidos de forma específica por cada aluno/condutor. Vemos que as colocações vão desde a crítica a forma como eles são conduzidos, passando por uma aceitação/exaltação das possibilidades abertas com a realização dos mesmos e por fim percebemos um desprezo com a sua realização.

Apesar de julgamentos diferenciados em relação aos cursos de qualificação, uma afirmativa é percebida nas falas: a necessidade que os associados da ILHAECOTUR tenham cursos de qualificação. Existe um entendimento entre os condutores que só devem atuar junto com os turistas trabalhadores qualificados. Na tentativa de justificar essa posição Adilson (2014) nos diz que

O nosso diferencial é que os condutores são qualificados. Os outros acham que só por ter nascido na região, por conhecer a rota, a vegetação e os animais acha que isso é o suficiente. O pior é que queima o destino, porque o turista não marca o condutor, sim o destino como não qualificado.

Esse pensamento, em nosso entender, causa um distanciamento entre os trabalhadores que possuem algum curso de qualificação e os que atuam no setor tendo como base suas experiências enquanto nativos da região. Tito (2014) nos conta que mais de 30 condutores atuam na área, mas não tem qualquer qualificação o que os impede de entrar na associação, mesmo que essa não seja uma cláusula presente no estatuto.

A partir das considerações, não podemos tecer teorias acerca das relações estabelecidas entre esses trabalhadores (associados e não associados), uma vez que não era intenção dessa pesquisa analisa-la. Encontramos a situação durante a pesquisa de campo e optamos por não aprofundar a investigação deixando o caminho para futuras pesquisas na área.

Devemos ressaltar que essa situação só acirra os ânimos entre os trabalhadores. Mais uma vez Adilson (2014) nos diz que “qualquer um pode ser guia

ou pegar um barco e trabalhar com os turistas, o que dificulta nossa ação, porque tanto faz estar ou não na associação.”

Assim, os cursos de qualificação realizados pelos condutores da ILHAECOTUR além de estarem inseridos em uma lógica global que visa uma qualificação aligeirada para suprir as necessidades do mercado de trabalho se tornam um entrave para a organização dos trabalhadores que estão atuando de forma segregada no região do Delta do Parnaíba.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo debater as experiências dos cursos de qualificação profissional vivenciados pelos integrantes da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande. Para tanto foi necessário apresentar a história do turismo, elucidar pontos referentes a categoria trabalho e recompor o itinerário da educação profissional no Brasil e no segmento destinado ao turismo articulando teoria e empiria no decorrer de nossa dissertação.

Embora o tempo de trabalho tenha sido reduzido desde o período das primeiras revoluções industriais, a exploração da vida social acontece e se expande cada vez mais. O turismo, à medida que avançou rapidamente sobre o tempo livre da classe trabalhadora se transfigurou em um importante instrumento para a acumulação capitalista uma vez que contribui para a expansão e para o consumo em massa.

Essa consolidação foi explanada e debatida em nosso primeiro capítulo, dessa forma apresentei como o turismo mudou sua conotação com o desenvolvimento da sociabilidade capitalista e com a Indústria Cultural, em outros tempos ligado a hospitalidade, para uma gerador de lucros e exclusão. Encontro essa característica predatória ao analisar a forma que os sujeitos de nossa investigação são alocados nesse movimento em Ilha Grande do Piauí, atuando apenas como coadjuvantes em um processo que deveriam participar de forma sistemática e consciente.

Entretanto, a mesma sociabilidade que possibilitou o surgimento e a consolidação do Turismo tem como cerne a transformação da natureza em mercadorias que necessitam da atuação humana nesse processo. Devo salientar que a participação do trabalhador traz em seu bojo sua mortificação e a exploração cada vez mais crescente de sua força de trabalho deixando suas condições de vida cada vez mais precárias.

Entre os trabalhadores da ILHAECOTUR noto a quão estranhada e a relação com o trabalho, uma vez que entre outras coisas, não visualizo em suas falas um reconhecimento de sua importância para a atividade, o que é agravado pela peculiaridade dos trabalhadores habitarem o mesmo local que é transformado em mercadoria.

A lógica capitalista tem sustentação em diversos segmentos, um dos mais expressivos é a educação, nessa investigação busquei compreender quais as experiências de qualificação profissional dos trabalhadores da ILHAECOTUR e como elas podem ser percebidas em suas vivências cotidianas com o mundo do trabalho,

Apresentei ainda um percurso histórico da educação profissional no Brasil e pude constatar que o público alvo dessas políticas pouco se alterou. As classes trabalhadoras continuam sendo o foco dessas políticas que visam fornecer mão de obra minimamente qualificada para suprir as necessidades de diversos setores da economia.

No turismo essa realidade se manifesta em políticas diversas, a mais recente delas é o PRONATEC COPA que tem como finalidade capacitar mão de obra para atuar em segmentos de hotelaria, bar e restaurante, hospitalidade, gastronomia além de promover cursos de idiomas para complementar o quadro de trabalhadores que atuaram no período da Copa do Mundo do Brasil entre os meses de junho e julho de 2014. Nesse movimento fica evidente como as políticas do estado viabilizam a manutenção de um modelo que beneficia majoritariamente a classe empresarial em detrimento dos trabalhadores.

A oferta dos cursos segue a lógica vigente que oferece uma qualificação mínima ao trabalhador com objetivo de garantir uma formação aligeirada, certificada pelos conhecimentos tácitos disponibilizados aos trabalhadores, em detrimento de uma educação integral, emancipadora que forneça elementos para a construção de sujeitos críticos e conscientes de sua atuação em sociedade.

Seguindo esse contexto, os cursos ofertados aos trabalhadores da ILHAECOTUR apresentam carga horária reduzida e em sua maioria, segundo os entrevistados são teóricos ou seguem um material didático nacional que não contemplam as problemáticas locais. Características que segundo os mesmos, não agrega tanto para a formação profissional.

Para além dessa constatação, na realidade local os cursos de qualificação profissional também dificultam a organização associativa, uma vez que existe uma disputa por espaço entre os trabalhadores qualificados, pertencentes a associação e os condutores que atuam de forma autônoma que por motivos não entendidos por nossos sujeitos não tem interesse em participar de cursos o que

impossibilita a entrada na ILHAECOTUR que incorpora a seus associados trabalhadores que tenham passado por qualificação, mesmo que mínima.

Como resultado dessa desarticulação, vemos que tanto trabalhadores autônomos quanto associados são explorados cotidianamente pelas instâncias capitalistas que tem no Delta do Parnaíba seu principal produto. Os valores pagos pela venda de sua força de trabalho são mínimos, em contrapartida, a carga horária, principalmente nos períodos de alta temporada pode chegar a até 13 horas diárias

Assim, com presente estudo através da análise da teoria e das entrevistas narrativas, busquei nas falas dos nossos sujeitos, recompor e debater os processos de qualificação profissional vivenciada por eles e os reflexos dessa formação em sua atuação no mercado de trabalho, em especial no Delta do Parnaíba. Esse debate vem a contribuir sobre a temática da educação profissional, uma vez que está aberto a novas pesquisas, debates e interpretações.

A tarefa para concretizar essa análise foi árdua, as idas ao campo para o encontro de nossos sujeitos, as tentativas de estabelecer contato e de levantar o material ligado ao histórico e a atuação da ILHAECOTUR e aos cursos de qualificação foram os principais complicadores para a elaboração do trabalho, principalmente devido a indisponibilidade de tempo de nossos sujeitos de pesquisa.

Deixo assim material para a reflexão acerca da formação de trabalhadores que deve suscitar em outros pesquisadores o interesse em mergulhar nessa temática a fim de perceber a atuação e a forma de organização dos trabalhadores e o reflexo que as políticas de qualificação profissional deixam em suas vivências cotidianas na busca pela sobrevivência em meio a sociabilidade capitalista que cada vez mais se apropria de sua energia vital para alimentar e reproduzir esse modelo de exploração do homem pelo homem com um objetivo único, o lucro!

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002
- ALBERTI, V. **História Oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2010. 10ª ed.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio as metamorfose e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2003.
- BARRETO, Margarita. **Planejamento e Organização do Turismo**. São Paulo: Papyrus, 2000.
- BARRETO, Margarita. **Relações entre Visitantes e Visitados**: um retrospecto dos estudos sócio antropológicos. Revista turismo em análise, Vol. 15, n. 2, nov. 2004, p.133-149.
- BENI, M. **Análise Estrutural do Turismo**. 12ª ed. rev. SENAC/São Paulo, 2007
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 165-196. V. 1.
- BOGDAN, Robert. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BOTTMORE, Tom (editor). **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- CANALI, H.B. 2009. A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional. In: V Simpósio Sobre Trabalho e Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, **Anais...** 2009.
- CATRAMBY, Teresa Cristina Viveiros e COSTA, Stella Regina Reis. **Qualificação Profissional em Turismo como Fator de Competitividade do Setor**. Caderno Virtual de Turismo ISSN: 1677-6976 Vol. 4, N° 3 (2004) p. 26 a 34.
- CHAGAS, E.F. **O método dialético de Marx**: investigação e exposição crítica do objeto. In Síntese-Revista de Filosofia. V.38, N°120, 2011 (p.55-70)
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: UNESP, 2000a.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: UNESP, 2000b.

DAMATTA, Roberto. **Turismo a Contra Gosto**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

DEBORD, Guy. **A sociedade do Espetáculo**. Paris: Gallimard, 1992.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo no Brasil: Política de Desenvolvimento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013; Vol. I.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro, 1962.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>;

KONDER, Leandro. **O Futuro da Filosofia da Práxis**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acacia (org.). **Ensino médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 5ª ed. S. Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, G. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo: 2008.

_____. **O Capital**. Crítica da economia política. Vol I, Livro I. O processo de produção do capital. 13ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

_____. **O Capital: crítica da economia política. Livro I.** 31ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe B., HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MINAYO, M.C. **O desafio do Conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 2006.

MOESH, Marutschka M. **A produção do saber turístico.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

NETO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOBRE LOPES, Fátima Maria. **As Duas Faces do Trabalho: Constituição e Negação do Homem.** In: José Gerardo. (Org.). Trabalho e Educação Face a Crise Global do Capitalismo. Fortaleza: Editora LCR, 2002, p. 87-101.

NOSELLA, Paolo. A escola brasileira no final do século: *Um balanço* – In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS.** Campinas: Papirus, 2003.

OMT. **An introduction to TEDQUAL** - methodology for quality in tourism education and training. Madri: Organização Mundial do Turismo, 1997.

OMT. Organização Mundial do Turismo. Em <http://www.unwto.org>

PORTELLI, Alessandro. **História oral e poder.** In: Mnemosine, v.6, n.2, p.2-13 (2010).

PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum.** In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo no percurso do tempo.** São Paulo: Aleph, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973).** 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

RUBIN, I. **A teoria marxista do valor.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 205-224.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. s/l. v.12, n. 34, p. 152-165, jan/fev, 2007.

SECRETARIA DE TURISMO DO PIAUÍ-SETUR. **O Polo Costa do Delta**. <http://www.turismo.pi.gov.br/pt-br> . Acesso em 18 de setembro de 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007. 23ª ed.

THEVENIN, J. M. R. **O turismo e suas políticas públicas sob a lógica do capital**. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.122-133, abr. 2011.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol 1 A árvore da liberdade

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS CONDUTORES DE
ECOTURISMO DA ILHAECOTUR.**

BLOCO TEMÁTICO	PERGUNTA	OBJETIVOS
Contato inicial com os entrevistados.	Você poderia se apresentar? Gostaria de saber seu nome, idade, profissão, estado civil e qualquer outra informação que você achar importante. Fique a vontade.	Estabelecer o primeiro contato com o entrevistado e começar o levantamento de seus dados básicos.
Experiências formativas iniciais.	Qual a sua motivação para participar dos cursos? Quais os cursos feitos? Os cursos eram buscados por vocês e o SEBRAE apresentava? Esses cursos influenciavam a organização da cooperativa?	Conhecer a trajetória pessoal ligada a qualificação profissional.
Formação da COOPERCIG.	Há quanto tempo você atua no setor? Quando surgiu a COOPERCIG (Cooperativa de Condutores e Guias de Turismo) Existem registros das atividades? Quantas pessoas fazem/faziam parte da cooperativa? Existe/existia alguma sede da cooperativa? Qual era a periodicidade dos encontros?	Perceber de que formas os moradores da localidade Tatus se articularam para atuar no segmento do turismo.

<p>Caracterização do trabalho no Delta do Parnaíba.</p>	<p>Quando a associação estava ativa, vocês produziam ou reproduziam roteiros?</p> <p>Quem contratava mais os serviços? Agências ou turistas?</p> <p>Quais as principais atribuições?</p> <p>Qual a rotina diária de um condutor de turismo?</p> <p>Qual a remuneração média dos condutores?</p> <p>Quem contrata os associados da ILHAECOTUR?</p> <p>Os contratos são formais?</p> <p>Quais os roteiros acompanhados pelos associados?</p>	<p>Perceber de que formas os associados da ILHAECOTUR se organizam para atuar no setor do turismo.</p>
<p>Transformação da COOPERCIG em ILHAECOTUR.</p>	<p>Como se deu esse processo de mudança para ILHAECOTUR?</p> <p>Porque houve uma desistência de associados?</p> <p>Atualmente qual a atuação da ILHAECOTUR?</p>	<p>Compreender o processo de mudança na forma de organização associativa.</p>
<p>Aprofundamento sobre os cursos de qualificação.</p>	<p>Quanto tempo demoravam os cursos?</p>	<p>Perceber de que formas os associados vivenciam os processos formativos ofertados a</p>

	<p>Que entidades ofereciam os cursos?</p> <p>Qual era a metodologia utilizada?</p> <p>Qual a duração dos cursos?</p> <p>Os cursos eram teóricos ou práticos?</p> <p>Onde os cursos eram realizados?</p> <p>Existem materiais de apoio ou certificados que comprovem a realização dos cursos?</p>	ILHAECOTUR.
Percepção acerca da capacitação profissional.	<p>Você acha que para ser condutor é necessário um conhecimento prévio do local dos roteiros ou cursos de qualificação?</p> <p>Qual dos cursos feitos você considera mais importante?</p>	Compreender as significações dadas aos processos de qualificação vivenciados pelos associados.
Percepção acerca da atividade laboral como condutor de turismo da APA do Delta do Parnaíba.	<p>Qual a sua importância para o turismo no delta do Parnaíba?</p> <p>Quais as características que deve apresentar alguém que deseja trabalhar no setor?</p> <p>É possível sobreviver atuando apenas como condutor de turismo?</p> <p>Quantas vezes em média esse acompanhamento é feito?</p> <p>Você considera um</p>	Visualizar a compreensão dos condutores de turismo acerca de sua atuação profissional.

	trabalho desgastante?	
Percepção acerca da organização atual do turismo entre os associados.	<p>Qual a relação da ILHAECOTUR com o turismo no delta?</p> <p>Você acha que a ILHAECOTUR proporciona uma atuação total ou parcial no turismo?</p> <p>Qual dos seguintes fatores você acha mais importante para o desenvolvimento do delta: natureza, poder público, setor privado ou os trabalhadores do setor?</p> <p>Existe outra associação de condutores/guias em ilha grande?</p> <p>Existem outros condutores atuados na área que não estão associados à ILHAECOTUR?</p> <p>Quais as vantagens e desvantagens de ser condutor de turismo.</p>	Perceber o atual estado de organização laboral dos associados da ILHAECOTUR.

APÊNDICE B - SUMÁRIO DE REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS

Entrevistadora: Amanda Maria dos Santos Silva

Entrevistado 01: Adilson Silva de Castro

Local da gravação: Agência de Turismo – Ilha Turismo

Entrevista nº 01 em 28/04/2014 Duração: 40 minutos

Entrevista nº 02 em 13/05/2014 Duração: 58 minutos

Entrevistado 02: Francisco José da Silva

Local da gravação: Agência de Turismo – Ilha Turismo

Entrevista nº 01 em 30/05/2014 Duração: 48 minutos

Entrevistado 03: José Ribamar da Costa

Local da gravação: Santuário de Nossa Senhora dos Pobres

Entrevista em: 22/05/2014 Duração: 58 minutos

**APÊNDICE C - CESSÃO DE DIREITOS SOBRE O DEPOIMENTO ORAL A
PESQUISADORA AMANDA MARIA DOS SANTOS SILVA DO PROGRAMA DE
PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO CEARÁ.**

1 Pelo presente documento, eu _____

(nacionalidade) _____; estado civil _____,
(profissão) _____, CPF _____, residente e
domiciliado em _____

Autoriza a publicação, cede e transfere neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo a pesquisadora Amanda Maria dos Santos Silva, a totalidade dos direitos patrimoniais de autor sobre todos os depoimentos orais prestados durante a pesquisa para a elaboração da Dissertação de Mestrado intitulada “Turismo e Qualificação Profissional: As Experiências Vivenciadas entre os integrantes da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande-Piauí/Brasil” junto ao Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará.

2 Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termos, terá, infinitamente, o direito de exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.

3 Fica pois Amanda Maria dos Santos Silva plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento, no todo ou em partes, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiro, no Brasil e /ou no exterior.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

_____, _____

Local

Data

Cedente

Pesquisadora

ANEXO A - ESTATUTO DA ILHAECOTUR

1. DA DENOMINAÇÃO

Art. 1º. A Associação dos Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande - com insígnia **ILHAECOTUR** fundada em 04 de Julho de 2009, constituída como uma entidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Ilha Grande-Estado do Piauí, situada à av. Martins Ribeiro Nº 92 Centro com duração por tempo indeterminado.

2. DA FINALIDADE

Art. 2º. A Associação atuará na área de ecoturismo, atendendo os interesses dos Condutores de Ecoturismo do município de Ilha Grande-PI com a finalidade de organizar, congregar, promover, defender e representar legalmente em juízo e fora dele todos Condutores associados à ILHAECOTUR.

3. DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º. Representar os Condutores junto aos órgãos públicos, entidades educacionais e empresas privadas.

Art. 4º. Defender a categoria conforme rege o Estatuto da entidade.

Art. 5º. Manter a categoria organizada possibilitando constante capacitação através da realização de cursos e treinamentos mediante parcerias e assinaturas de convênios com as instituições, entidades e órgãos afins.

Parágrafo Único: Participar como órgão técnico consultivo de estudos e soluções de problemas que se relacionem com a categoria dos condutores de ecoturismo.

4. DOS PODERES CONSTITUÍDOS

Art. 6º. A Associação ILHAECOTUR será constituída por:

A - Assembleia Geral

B - Diretoria

C - Conselho Fiscal

A - DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 7º. A Assembléia Geral é o órgão superior da categoria, suas decisões e deliberações serão soberanas, mediante aprovação dos associados presentes as assembleias e que estejam quites com as taxas de contribuições sociais.

Art. 8º. As Assembléias gerais acontecerão (02) duas vezes ao ano ordinariamente e extraordinariamente quando se julgado necessário.

Art. 9º. O quorum para a instalação das assembleias será de 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação e com qualquer número em segunda convocação, trinta (30) minutos após a primeira convocação.

Art. 10º. A Assembléia Geral será convocada e presidida pelo Presidente da ILHAECOTUR.

Parágrafo Único: Em caso de impedimento do presidente o mesmo nomeará um membro de sua diretoria para presidir a reunião.

Parágrafo Primeiro - Compete a Assembleia Geral:

Art. 11º. Eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 12º. Deliberar o valor das contribuições dos associados.

Art. 13º. Deliberar sobre a dissolução da associação nomeando os liquidantes.

Art. 14º. Apreciar e aprovar o balanço contábil-financeiro mediante análise e parecer do Conselho Fiscal.

Art. 15º. Deliberar e aprovar a reforma do estatuto da categoria

§ Único: Para consecução do artigo 13º será necessária a aprovação da maioria absoluta dos membros da associação.

Art. 16º. Elaborar e aprovar o Regimento Interno, as Normas de Eleições e o Código de Ética da Categoria com base no Estatuto vigente.

B. DA DIRETORIA

Art. 17º. A Diretoria é constituída pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro e seus respectivos vices, eleitos em assembléia geral.

Art. 18º. O mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal será de dois (02) anos com direito a uma reeleição.

Parágrafo Segundo - Compete a Diretoria:

Art. 19º. Coordenar e orientar todas as atividades deliberadas pela Assembleia Geral.

Art.20º. Propor a assembleia geral o reajuste das taxas de contribuições dos associados.

Art. 21º. Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis com expressa autorização da assembleia geral.

Art. 22º. Zelar pelo cumprimento das disposições legais que regem o estatuto e as deliberações da assembléia geral.

Art. 23º. Fazer a prestação de contas a cada término do exercício contábil-financeiro da entidade.

Art. 24º. Nomear e destituir comissões de trabalhos.

Art. 25º. Celebrar e firmar convênios e acordos de parcerias com instituições nacionais e internacionais que beneficiem a categoria.

Parágrafo Único: A celebração de convênios e acordos somente poderá ser realizada, mediante aprovação da assembléia geral.

Parágrafo Terceiro - Compete ao Presidente:

- a) presidir e coordenar os trabalhos das Assembléias Gerais;
- b) convocar os associados através de edital de convocação mediante circular interna;
- c) assinar e emitir cheques conjuntamente com o tesoureiro;

- d) rubricar e apresentar á assembléia geral o exercício contábil financeiro;
- e) representar a ILHAECOTUR em juízo e fora dele em todas as instâncias, conforme rege o estatuto vigente.

Parágrafo Quarto - Compete ao Vice-Presidente:

- a) substituir o Presidente em sua ausência, mediante solicitação;
- b) assumir a presidência quando da vacância do cargo de presidente;
- c) auxiliar o presidente em suas atribuições.

Parágrafo Quinto - Compete ao Secretário:

- a) redigir e lavrar as atas das A.G.Os. e das reuniões de diretoria;
- b) auxiliar nos trabalhos de secretaria mantendo sobre sua guarda os documentos pertinentes a sua pasta.

Parágrafo Sexto - Compete ao Vice-Secretário:

- a) substituir o secretário em sua ausência quando solicitado;
- b) auxiliar o secretário em suas atividades;
- c) assumir cargo de secretário quando da sua vacância.

Parágrafo Sétimo - Compete ao Tesoureiro:

- a) realizar o movimento contábil emitindo e endossando cheques conjuntamente com o presidente;
- b) proceder a escrituração do livro contábil e movimento de caixa;
- c) manter sobre sua guarda todo documento da tesouraria;
- d) zelar pelo recolhimento das obrigações sociais (taxas e tributos), dívidas e despesas de responsabilidade da associação.

Parágrafo Oitavo - Compete ao Vice-Tesoureiro:

- a) o substituir o tesoureiro em sua ausência quando solicitado;
- b) auxiliar o tesoureiro em suas atividades;
- c) assumir o cargo de tesoureiro quando da sua vacância.

§ Único: quando esgotados os cargos de Diretoria, por algum impedimento no decorrer do mandato, deverá ser realizada nova eleição para o devido preenchimento e conclusão do mandato.

C. DO CONSELHO FISCAL

Art. 26º O Conselho Fiscal será eleito conjuntamente com o mandato da diretoria sendo constituídos por três membros efetivos e três suplentes, estes nomeados em assembléia geral.

Parágrafo Nono - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) apreciar o exercício contábil-financeiro da associação;

- b) analisar e dar parecer dos demonstrativos financeiros da diretoria;
- c) emitir parecer das contas e despesas e apresentar a assembléia geral;
- d) solicitar ao presidente quando necessário a verificação dos livros contábeis.

CAPÍTULO II DAS ELEIÇÕES

1. DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 28º. As eleições para preenchimento dos cargos de Diretoria e Conselho fiscal serão realizadas mediante apresentação de chapas previamente constituídas indicando os nomes do presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e membros do conselho fiscal, devendo ser registrada 20 dias antes da data de eleição.

§ Primeiro: As eleições para o cargo da Diretoria e do Conselho Fiscal serão realizadas mediante voto por escrutínio secreto em Assembléia Geral.

§ Segundo: Em primeira convocação com 2/3 (dois terços) do número dos associados presentes com assinatura no livro de registro e em segunda convocação uma (01) hora após o horário estipulado em um edital de convocação.

2. DA CANDIDATURA

Art. 29º. Poderão se candidatar aos cargos de Diretoria e Conselho Fiscal os associados quites com a tesouraria e:

- a) estar associado há no mínimo um ano;
- b) não tenham faltado as assembleias gerais por um ano consecutivo;
- c) não ter infligido nenhuma das normas estatutárias.

§ Único: Os casos omissos deste artigo serão dirimidos nas Normas de Eleições e Regimento Interno.

3. DA PERDA DO MANDATO

Art. 30º. Perderá o mandato o membro da diretoria que infringir às normas estatutárias, o regimento interno e o código de ética da entidade.

CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS

Art. 31º. Assiste o direito de ser associado á ILHAECOTUR, toda pessoa que esteja devidamente capacitado a exercer função de condutor de ecoturismo satisfazendo as exigências deste estatuto sendo que as mesmas não respondem pelas obrigações sociais da entidade.

Art. 32º. **DA FILIAÇÃO**

- a) poderão se associar os profissionais capacitados no exercício da condução de ecoturismo;
- b) ser morador da Ilha Grande ou estar morando á no mínimo um (01) ano no município;
- c) ser maior de idade.

Art. 33º. DOS DIREITOS

- a) votar e ser votado para membros da diretoria ou do Conselho Fiscal;
- b) participar e deliberar nas Assembléias Gerais da associação;
- c) participar das atividades e eventos realizados pela entidade.

Art. 34º. DOS DEVERES

- a) zelar pelas disposições legais e estatutárias bem como as deliberações tomadas pela diretoria e pela assembleia geral;
- b) respeitar os compromissos assumidos deliberados pela associação;
- c) manter em dia a contribuição de associado.

Art. 35º. DA DESFILIAÇÃO

- a) Na falta de quatro (04) assembléias gerais consecutivas sem justa causa;
- b) Quando do não pagamento por um (01) ano da taxa de contribuição de associado da ILHAECOTUR;
- c) Do não cumprimento e desrespeito do estatuto, regimento interno, e código de ética da entidade.

Parágrafo Único: Os casos omissos deste capítulo serão dirimidos no Regimento Interno.

**CAPÍTULO IV
DOS BENS PATRIMONIAIS**

Art. 36º. O patrimônio da associação será constituído por as taxas de contribuições de seus associados;

Parágrafo Único: A Associação através de sua diretoria com a aprovação da assembleia poderá adquirir outros bens mediante elaboração de projetos e assinatura de convênios e acordos.

**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 37º. A dissolução da Associação - ILHAECOTUR se dará mediante eleições em assembleia geral da categoria com aprovação por maioria absoluta de votos de seus associados.

Parágrafo Único: Em caso de dissolução, liquidados os compromissos e havendo remanescente de patrimônio a Assembleia Geral em caráter de aclamação deliberará sobre o seu destino final obedecendo ao artigo 30º. desse Estatuto.

Art. 38º. Os casos omissos neste Estatuto serão dirimidos em Assembleia Geral da categoria.

Art. 39º. O presente Estatuto entra em vigor conforme data de assinatura, revogadas as disposições em contrárias.

Ilha Grande (PI), 04 de julho de 2009.

Francisco Jose da silva
Presidente

ANEXO B - Localização da APA do delta do Parnaíba



Fonte: Comissão Ilha Ativa

ANEXO C - Vista aérea do Porto dos Tatus em Ilha Grande



FONTE: Moraes Brito

ANEXO D - Demonstrativo de um dos roteiros desenvolvidos pelos associados da ILHAECOTUR.

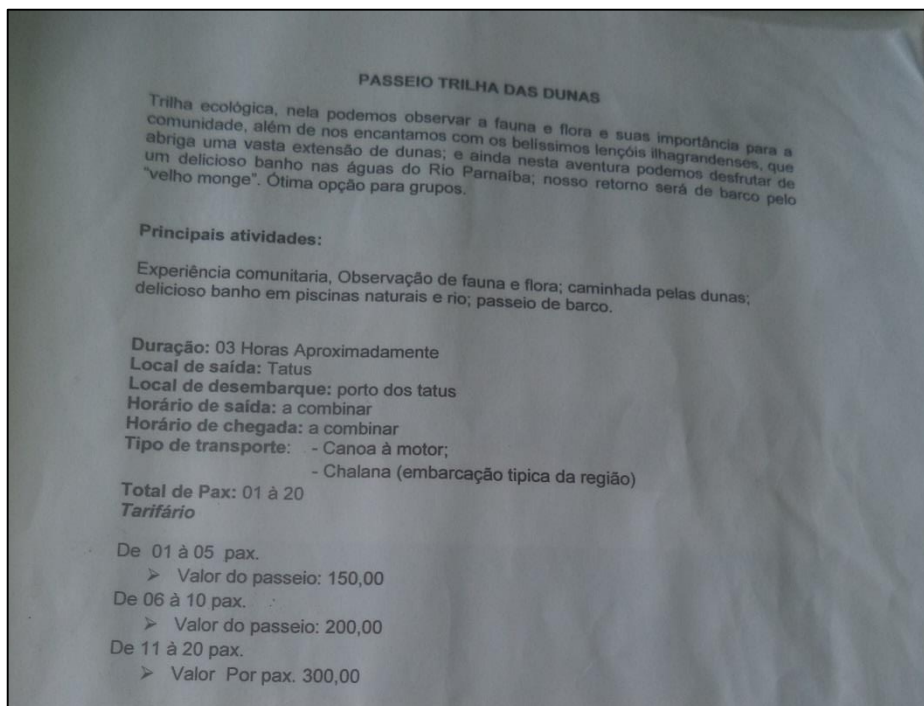


Figura 4: Descritivo da "Trilha das Dunas"

Fonte: Demonstrativo de passeios da agência ilha turismo

Anexo E - Acompanhamento de passeio turístico.

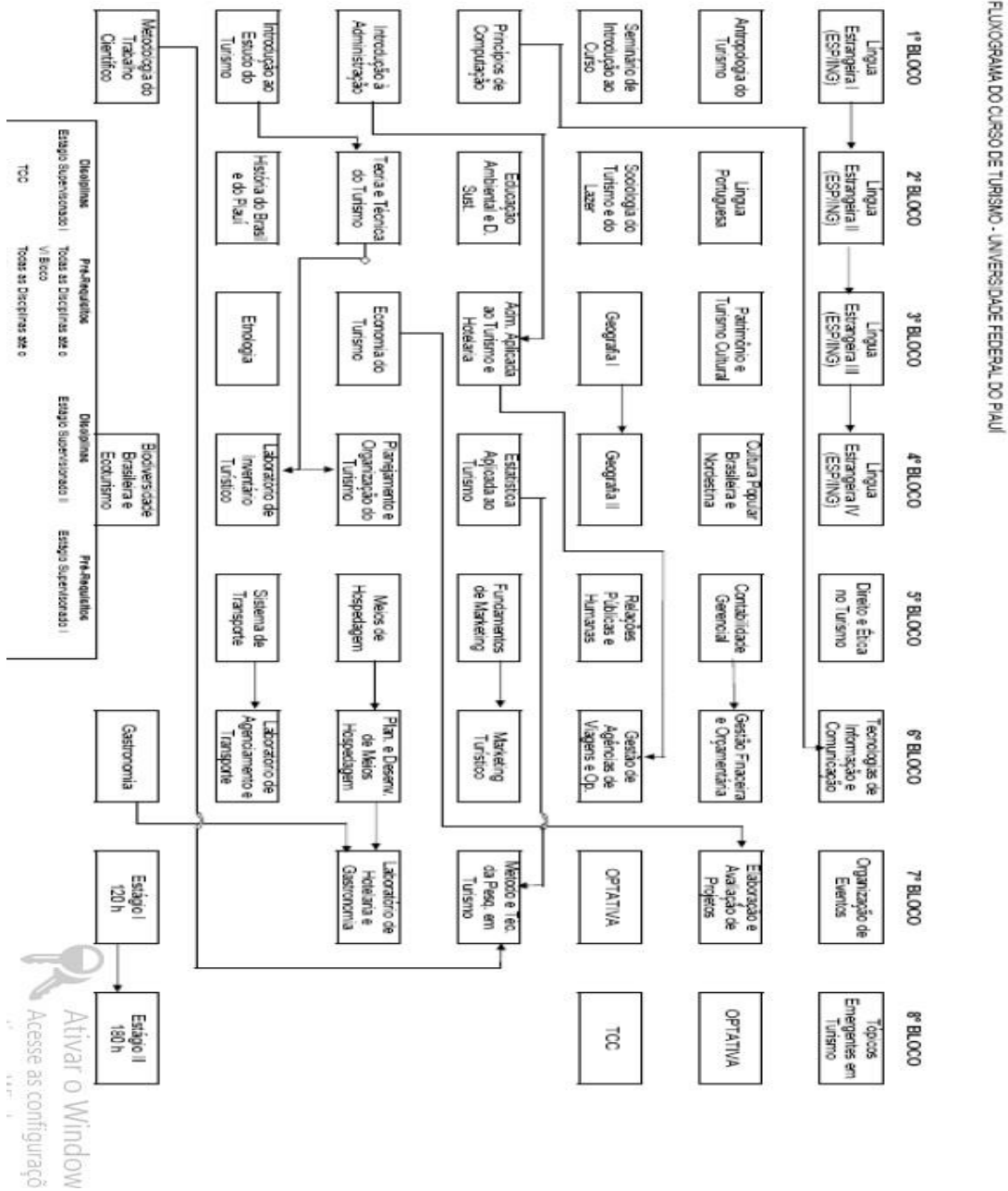


FONTE: Acervo ILHAECOTUR



FONTE: Acervo ILHAECOTUR

ANEXO F - Fluxograma do curso de bacharelado em turismo



FONTE: Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Turismo

ANEXO G - Certificados de cursos realizados

Educação Sebrae Certificado

APRENDER SEMPRE É UM BOM NEGÓCIO

PROGRAMA

> NOÇÕES SOBRE ATIVIDADES TURÍSTICA NO PAÍS E ESTADOS, POSTURAS, ÉTICA, OBSERVAÇÕES DOS ASPECTOS GEOGRÁFICOS LOCAIS, ORIENTAÇÕES SOBRE ASSOCIATIVISMO, AULA PRÁTICA/CITY TOUR.

SEBRAE
TREINAMENTO EMPRESARIAL

Registro 4571
Livro 005
Folha 208
Local e Data Fla Grande-PE 09/07/04

Fonte: Acervo Francisco José da Silva Oliveira

Educação Sebrae Certificado

APRENDER SEMPRE É UM BOM NEGÓCIO

Certificamos que FRANCISCO JOSE DA SILVA OLIVEIRA
participou do curso CONDUTORES DE VISITANTES
promovido pelo SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas no Piauí, no período de 20 07 2009 a 24 07 2009,
com carga horária equivalente a 40 horas.

SEBRAE

PARNÁIBA/PI, 24/07/2009
Local e Data


Diretor Técnico

Fonte: Acervo Francisco José da Silva Oliveira



CERTIFICADO

Certificamos que FRANCISCO JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA
participou do curso RELAÇÕES HUMANAS
promovido pelo SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro
e Pequenas Empresas no Piauí, no período de 24 / 05 / 2005 a
01 / 06 / 2005, com carga horária equivalente a 20 horas.

Parnaíba, 01/06/05
Local e Data


Diretor Técnico

Educação Sebrae
APRENDER SEMPRE É UM BOM NEGÓCIO

Fonte: Acervo Francisco José da Silva Oliveira